RELATÓRIO ANUAL 2018

MECANISMO INDEPENDENTE DE CONSULTA E INVESTIGAÇÃO

Mecanismo Independente de Consulta e Investigação

Catalogação na fonte fornecida pela
Biblioteca Felipe Herrera do
Banco Interamericano de Desenvolvimento

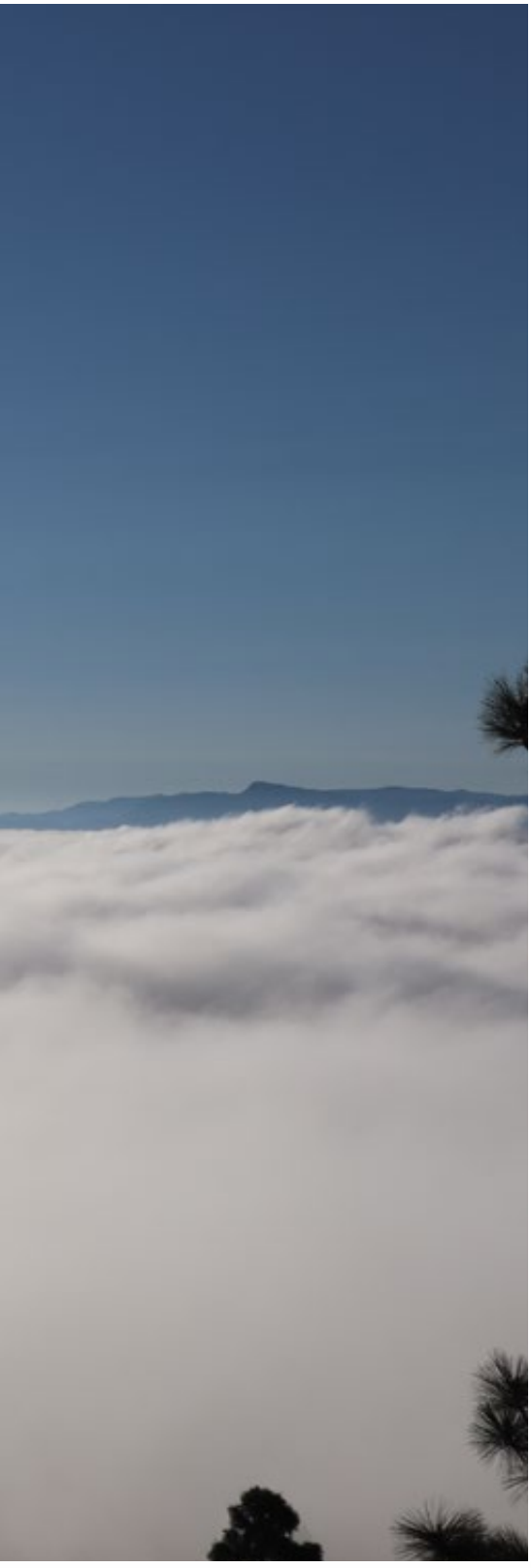
Mecanismo Independente de Consulta e Investigação: relatório anual 2018 / Banco Interamericano de Desenvolvimento.
p. cm.
1. Development banks-Latin America-Yearbooks. 2. Social responsibility in banking-Latin America. 3. Economic development projects-Social aspects-Latin America. 4. Economic development projects-Environmental aspects-Latin America. I. Banco Interamericano de Desenvolvimento. Mecanismo Independente de Consulta e Investigação.
IDB-AN-200

Copyright © 2019 Banco Interamericano de Desenvolvimento. Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons IGO 3.0 Atribuição-NãoComercial-SemDerivações (CC BY-NC-ND 3.0 IGO) (**http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/igo/legalcode**) e pode ser reproduzida com atribuição ao BID e para qualquer finalidade não comercial. Nenhum trabalho derivado é permitido. Qualquer controvérsia relativa à utilização de obras do BID que não possa ser resolvida amigavelmente será submetida à arbitragem em conformidade com as regras da UNCITRAL. O uso do nome do BID para qualquer outra finalidade que não a atribuição, bem como a utilização do logotipo do BID serão objetos de um contrato por escrito de licença separado entre o BID e o usuário e não está autorizado como parte desta licença CC-IGO.
Note-se que o link fornecido acima inclui termos e condições adicionais da licença.
As opiniões expressas nesta publicação são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a posição do Banco Interamericano de Desenvolvimento, de sua Diretoria Executiva, ou dos países que eles representam.

RELATÓRIO ANUAL 2018

MECANISMO INDEPENDENTE DE
CONSULTA E INVESTIGAÇÃO

CONTEÚDO



MENSAGEM DA DIRECTORA 2

PRINCIPAIS DESTAQUES DE 2018 4

A CARTEIRA DE RECLAMAÇÕES 2018 8

2018 – O perfil das reclamações e as operações correlatas 9
- De que países provêm as reclamações? 9
- Carteira de Reclamações 2018 10
- Quem apresenta as reclamações? 11
- Que tipo de danos foram alegados? 11
- Sobre as operações motivo da reclamação 12
- De quais setores elas vêm? 12
- Que instrumentos financeiros o Grupo BID tem utilizado para apoiar os projetos? 13
- A que categoria ambiental pertencem? 13

O GERENCIAMENTO DO MICI 14

La etapa de registro 15

A etapa de admissibilidade 16

Fase de Consulta 17

Fase de Verificação da Observância 20

PROMOÇÃO DE ACESSO 24

REFLEXÕES PARA UM MAIOR CONHECIMENTO 28

A EQUIPE DO MICI 31

O GERENCIAMENTO EM 2018, CASO POR CASO 32

ANEXOS 71

Anexo 1. Orçamento 2018 72

Anexo 2. Divulgação 2018 73

Anexo 3. Solicitudes recibidas 2010 - 2018 75

MENSAGEM DA **DIRECTORA**

2018, um ano de acordos e aprendizagens

O ano que terminamos representa mais um elo no processo de fortalecimento institucional do MICI, permitindo-lhe continuar a atuar como interlocutor confiável e transparente perante suas contrapartes. Diversos avanços significativos no gerenciamento das reclamações, por um lado, e um relacionamento de qualidade com as diversas atuações do MICI, por outro, contribuíram para reforçar a credibilidade, a vinculação e a maturidade institucional do Mecanismo em seu oitavo ano de operação.

Para o conjunto do Grupo BID, 2018 foi um ano recorde no tocante ao valor das operações tanto para o Banco como para BID Invest. Os US$ 17 bilhões em investimentos aprovados ao longo do ano consolidam o Grupo BID, uma vez mais, como a principal fonte de financiamento multilateral para a região da América Latina e o Caribe. Em um contexto de crescimento do Grupo em número de projetos e em investimento total, o MICI gerencio uma carteira de reclamações semelhante à de exercícios anteriores. No total foram tramitadas 23 reclamações: 11 transferidas de anos anteriores e 12 casos novos, dos quais 10 se referiram a projetos do BID e dois aos do BID Invest. Cumpre ressaltar que nesse ano foram encerradas cinco reclamações recebidas sob a política antiga do MICI, todas elas com características específicas: em um caso, por se tratar do primeiro acompanhamento de um processo de fase de consulta que termina com êxito, sem dúvida. E nos casos restantes porque as investigações pertinentes demonstram as fraquezas sistêmicas no cumprimento das políticas operacionais do Grupo BID. É significativo que as recomendações do MICI nesses casos tenham sido semelhantes às realizadas pelo Escritório de Avaliação e Supervisão (OVE) no âmbito da avaliação de salvaguardas em uma amostra mais ampla de operações analisadas.

Além do encerramento desses casos representativos, a maturidade institucional do Mecanismo também se reflete na capacidade de gerenciamento de diversos casos marcados por processos complexos de diálogo para os quais foram obtidas soluções consensuais. Assim, por exemplo, o MICI demonstrou sua capacidade de mediação alcançando acordos entre as Partes no caso do Parque Industrial Caracol, no Haiti, o qual significará uma melhoria objetiva nas condições de qualidade de vida de mais de 400 famílias.

Outro exemplo representativo em matéria de verificação da observância é encontrado na reclamação sobre o projeto do Metrobús em Assunção, Paraguai, no qual a Diretoria Executiva, tal como o fez nas

investigações, apoiou as recomendações apresentadas pelo MICI e pediu à Administração que as implementasse procurando assim evitar o dano potencial a centenas de comerciantes formais e informais e assegurando a sustentabilidade ambiental e social do projeto.

2018 foi também um período de reflexões conjuntas, lançadas pelo MICI com a sistematização de sua experiência no gerenciamento de casos desses oito anos. O lançamento do programa MICI Reflexões, que analisa os resultados do gerenciamento do Mecanismo desde 2010 para transformá-los em produtos de conhecimento que promovam a reflexão institucional e favoreçam o fortalecimento da formulação, execução e supervisão das operações do grupo BID, foi uma das principais realizações do ano. A primeira realização do programa, de natureza primordialmente estatística, foi muito bem recebida pelas diferentes audiências com as quais interage o Mecanismo, o que permitiu um exercício de introspecção compartilhada em vez de um mero relato de "lições aprendidas" o que, a nosso ver, não compete ao MICI. Em 2019 esse programa continuará a compartilhar a experiência do MICI nos diversos ramos de sua atuação.

Outro aspecto que exemplifica a consolidação do MICI é a vinculação cada vez mais estreita do Mecanismo com mais atores. No Grupo o ano caracterizou-se por um ambicioso programa de divulgação com intercâmbios, tanto virtuais como presenciais, com diversas audiências e com ênfase constante nos países da região. Com relação aos atores externos, tal como ocorreu em anos anteriores, o MICI continuou e fortaleceu seu trabalho com representantes da Sociedade Civil e com mecanismos pares. No segundo ano consecutivo, o MICI exerceu a Secretaria da Rede de Mecanismos Independentes de Prestação de Contas (IAMnet): uma amostra do espírito de colaboração, intercâmbio e aprendizagem sob os quais operamos.

A reflexão institucional, os acordos e a construção de pontes com todos os interlocutores foram, portanto, as notas dominantes para o MICI nesse ano. Este relatório procura prestar conta fiel do trabalho rigoroso, imparcial e transparente de toda a equipe MICI, bem como das respostas positivas que recebemos da Diretoria, Administração e Sociedade Civil para fortalecer a sustentabilidade ambiental e social do Grupo BID na América Latina e no Caribe.

Agradecemos a todos o apoio e à equipe seu compromisso contínuo.

Victoria Márquez-Mees
Directora del MICI

PRINCIPAIS DESTAQUES DE **2018**

CONTRIBUINDO **COM SOLUÇÕES**

Em 2018 o MICI conseguiu demonstrar em múltiplos âmbitos sua capacidade para fazer contribuições significativas à missão do Grupo BID. Após os primeiros anos de aplicação da nova política do Mecanismo, o funcionamento de cada uma das fases se foi consolidando progressivamente, permitindo que o gerenciamento das reclamações se integre de maneira cada vez mais plena nos objetivos do Grupo BID como conjunto. Os acordos facilitados pela Fase de Consulta evidenciam a disposição das Partes de encontrar soluções para problemas complexos. Os resultados dos achados da Fase de Verificação da Observância se têm incorporado como elementos chave para revisar e melhorar projetos que ainda estavam em andamento e pela primeira vez a Diretoria também encarregou o MICI de supervisionar a implementação do plano corretivo proposto pela Administração. São mostras, todas elas, da confiança depositada pelas diversas instâncias do Grupo BID na capacidade do MICI, demonstrando ao mesmo tempo um compromisso cada vez mais firme do Grupo com a transparência e a prestação de contas.

O acordo sobre o projeto Parque Industrial Caracol no Haiti incorpora uma série de medidas para restaurar os meios de subsistência de mais de 400 famílias.

FORMULAÇÃO **DE ACORDOS**

A resolução consensual de controvérsias é o objetivo da Fase de Consulta. Em 2018 foram alcançados diversos acordos para duas reclamações, a saber, um no Haiti e outro na Costa Rica. No caso do Parque Industrial Caracol, no Haiti, a equipe de projeto do BID apresentou a proposta de um acordo após um processo de um ano e meio de diálogo com 422 reclamantes. Por sua vez, o caso da Costa Rica é significativo pela celeridade com que ambas as partes trabalharam para alcançar um acordo satisfatório.

MICI Reflexões é um espaço para fortalecer o diálogo dentro e fora do grupo do BID sobre a prestação de contas.

O projeto hidrelétrico de Ituango envolve a construção da maior repesagem da América Latina e do Caribe.

CRESCENDO EM **MATURIDADE INSTITUCIONAL**

2018 deu um passo à frente no processo de robustecimento institucional do MICI. Somado a seu funcionamento cotidiano, o MICI tem procurado criar novos espaços para capitalizar o legado dos oito anos de experiência do Mecanismo. Parte desse esforço se tem materializado no lançamento do novo programa MICI Reflexões, cujo objetivo é incentivar no âmbito do Grupo um diálogo e uma reflexão baseados na aprendizagem coletiva. Um processo de maturidade institucional que tem de continuar e fortalecer-se ainda mais nos próximos anos.

PRIMEIRO CASO ADMISSÍVEL **DO BID INVEST**

Em 2018 foi recebida a primeira reclamação declarada admissível sobre um projeto financiado pelo BID Invest desde que a Política MICI-CII entrou em vigor. A reclamação refere-se a um empréstimo corporativo para apoiar o Projeto Hidrelétrico Ituango, situado no Departamento de Antioquia, Colômbia. Como existe sobre o mesmo projeto uma cooperação técnica financiada pelo BID, a reclamação foi registrada separadamente para cada instituição. Em 2018 também se registrou uma reclamação sobre outra operação de BID Invest, neste caso na Guatemala.

PRINCIPAIS DESTAQUES DE **2018**

As Diretrizes para Fase de Consulta estabelecem diretrizes claras para o processo de resolução de controvérsias em cada uma das suas fases.

NOVOS PADRÕES PARA O **PROCESSO DE RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS**

Desde esse ano o MICI dispõe de um novo instrumento que reforça a certeza procedimental aos atores que participam das diferentes etapas do processo de resolução de controvérsias. As Diretrizes da Fase de Consulta, publicadas em abril, são o resultado de um processo de desenho que incorporou diferentes perspectivas e intercâmbios com organizações da sociedade civil da região.

A análise do OVE sublinha o papel do MICI no reforço das salvaguardas do Grupo BID.

Mais de 1.200 pessoas participaram dos eventos de disseminação interna e externa do MICI em 2018.

A CONTRIBUIÇÃO PARA AS **SALVAGUARDAS SOCIAIS E AMBIENTAIS**

O OVE do BID realizou em 2018 uma extensa avaliação das salvaguardas sociais e ambientais do Grupo BID. Entre os múltiplos aspectos de sua investigação, o OVE reviu a contribuição do Mecanismo ao funcionamento dos sistemas de salvaguarda desde a adoção da nova política do MICI. Entre outros pontos, a avaliação ressaltou o impacto institucional do MICI na observância das salvaguardas.

ESTREITANDO **LAÇOS**

Ao longo desses meses, o MICI realizou esforços muito destacados para estreitar laços com todo tipo de interlocutores. No decorrer do ano, o MICI tem organizado ou participado em mais de 70 eventos com diversas audiências com base no convencimento de que dar a conhecer a existência e o funcionamento do MICI, tanto interna como externamente e promover ativamente o acesso ao Mecanismo, são aspectos imprescindíveis para cumprir adequadamente o mandato do MICI e, portanto, a missão do BID. Como parte desse processo, o MICI incorporou novas tecnologias e utilizou novos formatos para atingir novos públicos, estabelecer novas parcerias e reforçar a incidência de seu trabalho diário.

A CARTEIRA DE RECLAMAÇÕES **2018**

Zona de San José del Maipo, no Chile, onde se desenvolve o projeto de duas usinas hidrelétricas de 531 MW.

2018 – O PERFIL DAS RECLAMAÇÕES **E AS OPERAÇÕES CORRELATAS**

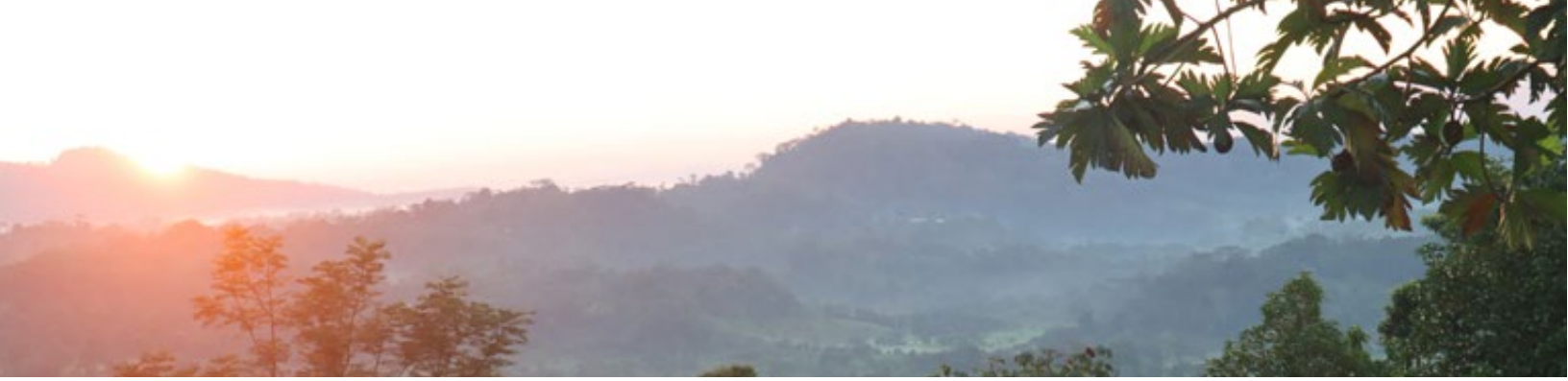
Em 2018 o MICI gerencio um total de 23 reclamações: 21 relativas a operações financiadas pelo BID e duas relativas a operações de BID Invest. No ano foram recebidas 12 novos reclamações que se somaram às 11 já em gerenciamento ativo.

FATOS DESTACADOS

1. **Cinco dos seis casos ainda ativos recebidos sob a anterior Política do MICI concluíram seu gerenciamento.**
2. **Foram recebidas as duas primeiras reclamações declaradas admissíveis, vinculadas a operações do BID Invest.**
3. **Na Fase de Consulta foi realizado o monitoramento de um caso, tendo-se cumprido os compromissos acordados e alcançados acordos nos dois casos em processo de diálogo.**
4. **Na Fase de Verificação da Observância foi concluída o gerenciamento de quatro casos investigados e foi apresentado o relatório de investigação de um quinto caso. Todos eles proporcionaram aprendizagens institucionais valiosas.**

De que países provêm as reclamações?

Geograficamente, as reclamações gerenciadas no ano provieram de 12 países da região da América Latina e do Caribe, principalmente do Brasil e da Colômbia – com quatro reclamações respectivamente – e da Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Peru – com dois casos em cada país.



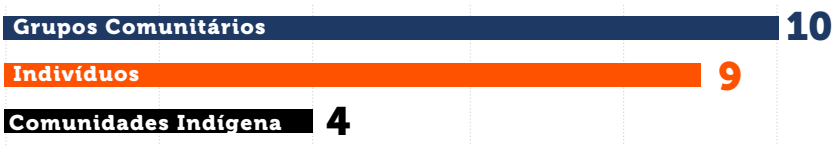
Carteira de Reclamações 2018

	NÚMERO DA RECLAMAÇÃO	NOME	PAÍS	NÚMERO DE PROJETO
1	MICI-AR-2010-004 (AR-MICI001-2010)	Programa Multifase de Desenvolvimento da Infraestrutura de Apoio à Produção de Entre Rios	Argentina	AR-L1036
2	MICI-BR-2011-019 (BR-MICI004-2011)	Programa de Melhoria de Bairros Habitar Brasil	Brasil	BR0273
3	MICI-BR-2011-020 (BR-MICI006-2011)	Programa de Estruturação Urbana de São José dos Campos	Brasil	BR-L1160
4	MICI-CO-2011-023 (CO-MICI002-2011)	Aeroporto Internacional El Dorado	Colômbia	CO-L1029
5	MICI-ME-2012-053 (ME-MICI002-2012)	Projeto Eólico Mareña Renováveis	México	ME-L1107
6	MICI-BO-2014-079	Programa de Drenagem de La Paz e El Alto	Bolívia	BO-L1028
7	MICI-PE-2015-0094	Projeto de Cadastramento, Titulação e Registro de Terras Rurais no Peru	Peru	PE-L1026
8	MICI-BID-PR-2016-0101	Reconversão Centro, Moderno. Transporte Público Metropolitano e Escritório do Governo	Paraguai	PR-L1044
9	MICI-BID-HA-2017-0114	Programa de Infraestrutura Produtiva - Reclamação II	Haiti	HA-L1076
10	MICI-BID-CH-2017-0115	Projeto de Energia Hidrelétrica Alto Maipo	Chile	CH-L1067
11	MICI-BID-CR-2017-0125	Projeto Hidrelétrico Reventazón - Reclamação IV	Costa Rica	CR-L1049
12	MICI-BID-CH-2018-0129	Programa de Saneamento Ambiental da Bacia do Rio Reconquista	Argentina	CH-L1136
13	MICI-BID-AR-2018-0130	Programa de Energia Sustentável	Chile	AR-L1121
14	MICI-BID-EC-2018-0131	Programa de Reconstrução de Infraestrutura Elétrica das Áreas Afetadas pelo Terremoto no Equador	Equador	EC-L1219
15	MICI-BID-BR-2018-0132	Programa de Estruturação Urbana São José dos Campos - Reclamação II	Brasil	BR-L1160
16	MICI-BID-CO-2018-0133	Apoio à Estruturação do Projeto Hidrelétrico de Ituango	Colômbia	CO-T1250
17	MICI-CII-CO-2018-0133	Projeto Hidrelétrico de Ituango	Colômbia	CO-11794-04
18	MICI-BID-PE-2018-0134	Regularização das reservas de povos isolados	Peru	PE-T1258
19	MICI-BID-BO-2018-0135	Programa de Apoio ao Pré-Investimento para o Desenvolvimento	Bolívia	BO-L1101
20	MICI-CII-GU-2018-0136	Geradora San Mateo S.A. e Geradora San Andrés S.A.	Guatemala	GU3794A-01 GU3798A-01
21	MICI-BID-CO-2018-0137	Programa de Fortalecimento Institucional da Controladoria-Geral da República	Colômbia	CO-L1154
22	MICI-BID-BR-2018-0138	Programa Estratégico de Infraestrutura e Logística de Transportes do Paraná	Brasil	BR-L1434
23	MICI-BID-PR-2018-0139	Programa de Reabilitação e Habitação do Banhado Sul em Assunção (Barrio Tacumbú)	Paraguai	PR-L1152

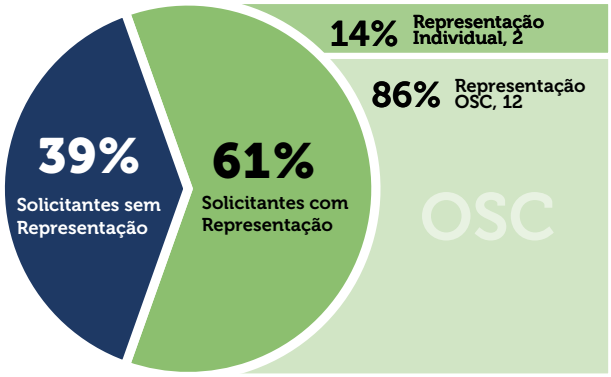
Quem apresenta as reclamações?

Das 23 reclamações gerenciadas em 2018, 10 foram apresentadas por grupos comunitários, nove por indivíduos a título pessoal e quatro por comunidades indígenas. Em comparação com 2017, vemos um aumento em reclamações apresentadas por grupos comunitários e comunidades indígenas. Além disso, ao contrário de outros anos, vimos uma redução no número de reclamações apresentadas por um representante (61% em 2018, 73% em 2017), mas em 86% dos casos a representação foi feita por uma organização da sociedade civil (OSC).

Carteira de Reclamações 2018
Por tipo de reclamante



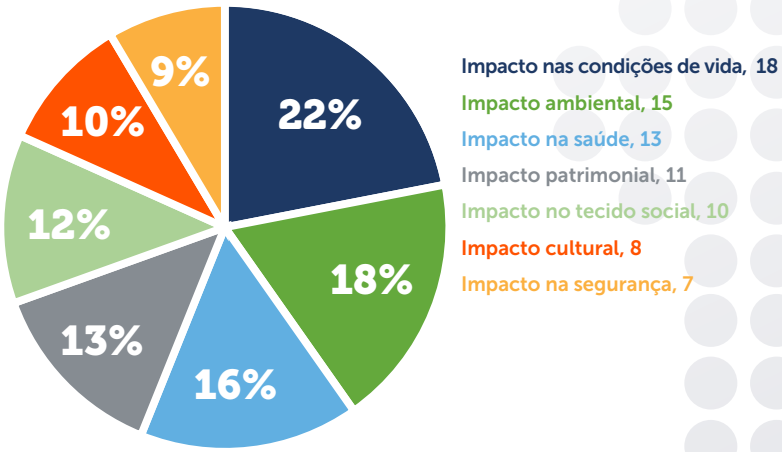
Carteira de Reclamações 2018
Por tipo de representação utilizada



Que tipo de danos foram alegados?

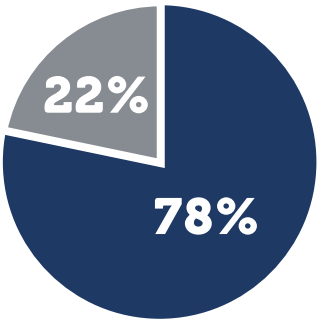
O tipo de dano encontrado mais frequentemente ocorre nas condições de vida (22%), seguido pelo ambiental (18%) e na saúde (16%). Esse comportamento é semelhante ao de anos anteriores, atribuindo-se neste exercício maior importância aos danos na saúde.

Carteira de Reclamações 2018
Por tipo de prejuízo alegado



Sobre as operações motivo da reclamação

Das 23 reclamações gerenciadas pelo MICI em 2018, 18 são referentes a projetos do setor público com financiamento do BID e cinco referentes a projetos do setor privado: três com financiamento do BID e dois com financiamento do BID Invest.



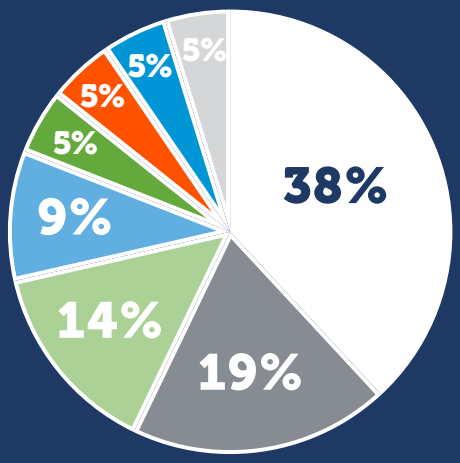
Reclamações vinculadas a projetos do **setor público, 18**

Reclamações vinculadas a projetos do **setor privado, 5**

De quais setores elas vêm?

As reclamações são principalmente dos setores de Energia (38%), Habitação e Desenvolvimento Urbano (19%), Transporte (14%) e Água e Saneamento (9%).

Carteira de Reclamações 2018:
Os projetos vinculados por tipo de setor*



Energia, 8

Desenvolvimento Urbano e Moradia, 5

Transporte, 3

Água e Saneamento, 2

Agricultura e Desenvolvimento Social, 1

Meio Ambiente e Desastres Naturais, 1

Empresas Privadas e Desenvolvimento das PIMEs, 1

Investimento Social, 1

**As 23 reclamações referem-se a 21 projetos*

Carteira de Reclamações 2018:

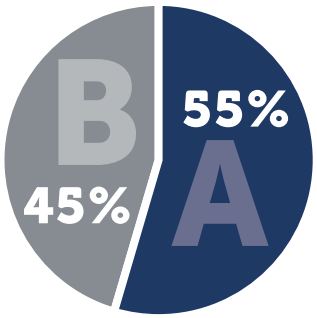
Instrumentos de financiamento utilizados

Que instrumentos financeiros o Grupo BID tem utilizado para apoiar os projetos?

Da carteira de reclamações gerenciadas em 2018, nove reclamações (39%) se relacionaram a uma só operação, ao passo que 14 reclamações (61%) se vinculavam a projetos que dispõem de financiamento do Grupo BID por meio de diversos tipos de instrumentos financeiros.

Carteira de Reclamações 2018:

Categorização das operações por seu impacto



Categoria A, 12
Categoria B, 10

A que categoria ambiental pertencem?

Das reclamações gerenciadas em 2018, 12 reclamações se referiam a projetos da categoria A (55%) e 10 reclamações a projetos da categoria B (45%). Uma reclamação não se incluiu nessa análise por não dispor de categorização ambiental.

Categoria A: Qualquer operação que tenha o potencial de causar impactos ambientais negativos significativos e efeitos sociais associados ou tenha implicações profundas que afetem os recursos naturais.

Categoria B: As operações que possam causar principalmente impactos ambientais negativos localizados e de curto prazo, inclusive impactos sociais associados e para os quais já se disponha de medidas de mitigação efetivas.

Categoria C: As operações que não causarem impactos ambientais negativos, inclusive sociais associados, ou cujos impactos sejam mínimos.

Fonte: Política de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas, BID.

O GERENCIAMENTO **DO MICI**

A usina hidrelétrica de Ituango aproveita o fluxo do Rio Cauca na região colombiana de Antioquia.

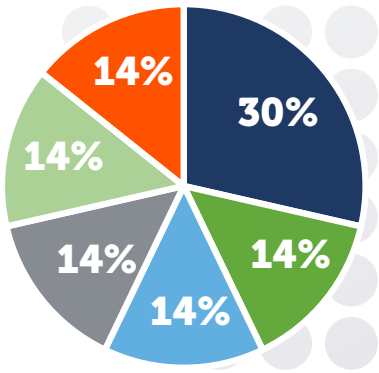
A carteira de reclamações 2018 incluiu 11 reclamações transferidas do ano anterior e 12 novas recebidas ao longo do ano. Em 31 de dezembro foi concluída o gerenciamento de 13 delas: sete em registro, uma em admissibilidade, um na Fase de Consulta e quatro na Fase de Verificação da Observância. Dez mantiveram-se ativas para continuar seu gerenciamento em 2019.

LA ETAPA **DE REGISTRO**

O Processo de **Recepção-Registro-Admissibilidade**

Cinco das 12 reclamações que o MICI recebeu em 2018 foram registradas, enquanto as sete restantes não o foram por não cumprirem os requisitos formais para seu registro. Destas duas estavam fora do âmbito do MICI, uma carecia de fundamento e uma quarta foi retirada pelos Solicitantes. Três reclamações destacam-se por se referirem ao caráter de último recurso do Mecanismo: duas não cumpriam o requisito de contato prévio com a Administração e uma se referia a uma operação que ainda não tinha sido aprovada pela Diretoria Executiva. Estas três reclamações foram encaminhadas à Administração para serem tratadas em primeira instância.

Reclamações recebidas em 2018:
Razões da ausência do registro



Reclamações sem prévio contato com a Administração, 2
Os reclamantes retiraram a reclamação, 1
Reclamações sem substância, 1
Reclamações relacionadas à corrupção e / ou práticas proibidas, 1
Reclamações relacionadas a assuntos não operacionais, 1
Reclamações relacionadas com operações que ainda não foram aprovadas pelo Conselho de Administração, pelo Presidente ou pela Comissão de Doadores, 1

A ETAPA DE **ADMISSIBILIDADE**

Das cinco reclamações registradas em 2018, três delas – duas do BID (**MICI-BID-EC-2018-0131**, **MICI-BID-CO-2018-0133**) e uma do BID Invest (**MICI-CII-CO-2018-0133**) – foram declaradas admissíveis e transferidas à Fase de Consulta e uma do BID foi declarada inadmissível. No encerramento do ano uma reclamação do BID Invest (**MICI-CII-GU-2018-0136**) estava sendo analisada na etapa de admissibilidade.

Sobre a reclamação declarada inadmissível

MICI-BID-PE-2018-0134

A reclamação referente à cooperação técnica "Regularização de Reservas de Povos em Isolamento (PE-T1258)" foi declarada inadmissível uma vez que as atividades motivo da reclamação já não faziam parte do projeto.

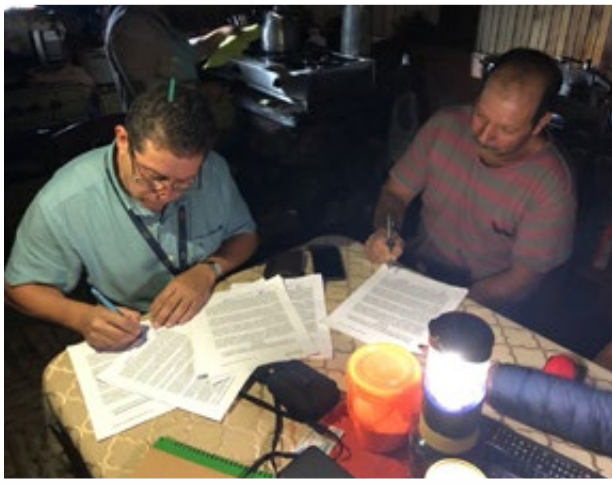
Em agosto de 2018 o MICI realizou uma missão de admissibilidade a Medellín, Colômbia, para conhecer de primeira mão as preocupações dos reclamantes, visitar o Cañón del Cauca e reunir-se com o Cliente e outros atores a fim de conhecer bem o contexto em que se desenvolve o projeto Hidroituango que conta com financiamento do BID Invest (**MICI-BID-CO-2018-0133** e **MICI- CII-CO-2018-0133**).

Visita com o cliente de BID Invest ao site do projeto hidrelétrico Ituango, na Colômbia. Não há fotografias com reclamantes devido ao pedido de confidencialidade por medo de represálias.

FASE DE **CONSULTA**

A carteira de reclamações em Fase de Consulta gerencio seis reclamações e conseguiu acordos em duas delas (**MICI-BID-HA-2017-0114** e **MICI-BID-CR-2017-0125**). Um dos três casos em etapa de acompanhamento (caso **AR-MICI001-2010**) concluiu após serem realizadas as ações previstas no acordo.

Sobre as três reclamações declaradas admissíveis em 2018, após a etapa de Avaliação duas delas foram transferidas à Fase de Verificação da Observância (**MICI-BID-CO-2018-0133** e **MICI-CII-CO-2018-0133**) e a terceira iniciou o processo de Fase de Consulta (**MICI-BID-EC-2018-0131**).



Em abril, apenas dois meses depois de se declarar admissível, foi alcançado um acordo entre as partes sobre a Reclamação do projeto hidrelétrico Reventazón na Costa Rica.

Fortalecimento do gerenciamento

Duas ações realizadas em 2018 aumentaram a eficácia e melhoraram os resultados na Fase de Consulta: a elaboração das **Diretrizes da Fase de Consulta**, onde se estabelecem os princípios e a metodologia procedimental que seguirá o MICI no gerenciamento de casos nessa fase e a constituição do **roster de peritos em facilitação de processos de diálogo e solução de controvérsias**. Seus integrantes são contratados de forma ad hoc para facilitar os processos de Fase de Consulta em função de sua experiência, proximidade geográfica e preferências das Partes. O roster é formado no total por 39 membros provenientes de 11 países da América Latina e do Caribe, além dos Estados Unidos e do Japão.

Em memória de Philip Thomas

Em 29 de novembro de 2018 faleceu Philip Thomas em Nairobi. Construtor da paz por meio da mediação e da solução de conflitos com mais de 30 anos de experiência, Philip atuou como membro externo do Painel de Seleção do Roster de Facilitadores do MICI. Nosso profundo agradecimento por seu generoso apoio e reconhecimento por sua trajetória.

HAITI: FALAMOS SEU IDIOMA

Como estabelece nossa Política, o MICI recebe reclamações em qualquer dos idiomas de nossa região e compromete-se a manter todas as comunicações no idioma de preferência dos reclamantes. Essa política responde à vontade inequívoca do Mecanismo de ser totalmente acessível a qualquer comunidade. Reduzir as barreiras linguísticas que possam existir é uma forma de garantir uma participação efetiva, nivelar as informações entre as partes e aumentar a transparência: aspectos cruciais para qualquer processo de solução de conflitos.

No caso da reclamação vinculada ao Programa de Infraestrutura Produtiva (MICI-BID-HA-2017-0114), no Haiti, isso resultou fundamental para alcançar um acordo. Os reclamantes, camponeses da zona norte do país, propuseram que a construção do Parque Industrial Caracol lhes impediu continuar trabalhando e que, apesar de ter recebido uma compensação, suas condições de vida se deterioraram.

Quando teve início o processo de Fase de Consulta, um dos objetivos do MICI foi reduzir as assimetrias nas informações para favorecer uma participação efetiva. Identificaram-se três documentos chave para facilitar o entendimento entre as partes: o Plano de Reassentamento e respectivos Anexos, o Relatório de Gerenciamento Ambiental e Social e um resumo da Política Operacional de Reassentamento Involuntário do BID. A Administração do BID traduziu ao cerol haitiano – a língua dos reclamantes – os documentos solicitados e o MICI se assegurou de dispor de interpretação simultânea em todo o processo de diálogo.

Esse esforço permitiu que os reclamantes tomassem conhecimento dos impactos sociais e ambientais do Projeto, bem como das medidas de mitigação para atendê-los. Em alguns casos, serviu para gerar contribuições para a busca de soluções aos problemas propostos.

Em dezembro as Partes alcançaram um acordo com medidas corretivas destinadas a restabelecer os meios de subsistência das 422 famílias afetadas e implementar medidas em matéria ambiental. Em 2019 inicia a etapa de acompanhamento do acordo.

Mais informações sobre a reclamação na seção A Gerenciamento em 2018, caso por caso:

MICI-BID-HA-2017-0114

A Fase de Consulta incorpora em cada Reclamação facilitadores do Roster do MICI.

A tradução simultânea do crioulo haitiano facilitou o entendimento necessário entre as partes para chegar a um acordo.

Em dezembro foi assinado o acordo entre as partes, que incorpora um vasto gama de medidas para restabelecer as condições de vida das comunidades reclamantes.

O legado de um processo MICI: uma nova fórmula de relacionamento entre as partes

O Grupo BID aspira sempre, como enfatiza sua missão, a melhorar vidas na América Latina e no Caribe. A maioria dos projetos que o Grupo financia deixa em nossa região resultados perduráveis que muitas vezes vão além de bens tangíveis e materiais, tais como uma rodovia ou uma escola. Uma das reclamações que o MICI encerrou neste ano exemplifica essas mudanças duradouras. Como ressaltam as partes envolvidas, a intervenção do Mecanismo na reclamação de Entre Rios, na Argentina (**MICI-AR-2010-004**), não apenas fortaleceu o relacionamento entre os beneficiários do projeto, o órgão executor e o Banco, mas também introduziu uma mudança de paradigma que guia o desenvolvimento de novos projetos no país.

A reclamação foi recebida em 2010, resultante da construção de uma subestação elétrica de 500-132 kW para assegurar a disponibilidade elétrica em áreas de expansão agroindustrial da província de Entre Rios. Quando a empresa pública ENERSA iniciou as obras encontrou a oposição de diversos vizinhos, afetados pelo processo de desapropriação e por possíveis danos ambientais e sociais decorrentes do projeto. A divisão ia aumentando à medida que avançavam as obras, havendo bloqueio dos acessos, cortes de rodovias, enfrentamentos por meio dos meios de comunicação e aumento da tensão na comunidade. Neste contexto, os vizinhos solicitaram a mediação do MICI.

Como em outros casos, o enfoque do MICI foi reconstruir as pontes do diálogo e iniciar um processo flexível e voluntário para que as partes conseguissem resolver, de comum acordo, os problemas identificados. Foi um caminho longo e complexo em que os diversos atores, segundo relatam, adquiriram grandes aprendizagens, tais como a importância de reconhecer os próprios erros e pedir desculpas; tratar a outra parte com respeito, de igual para igual; e concentrar-se nas soluções.

Os resultados concretos do processo foram um acordo com medidas para mitigar os impactos visuais, melhorias na infraestrutura do bairro e no fornecimento de eletricidade aos vizinhos. Foi também criada uma Comissão de Participação do Cidadão, dirigida por mediadores locais, para seguir o cumprimento dos acordos e salvar os diversos obstáculos que surgiram em sua execução até chegar a bom porto. Mas, além disso, o processo MICI tem deixado uma metodologia de trabalho que já se está utilizando em outras províncias da Argentina para reforçar a vinculação entre os vizinhos, ENERSA e os equipamentos de projeto do BID.

Mais informações sobre a reclamação na seção A Gerenciamento em 2018, caso por caso:

AR-MICI001-2010

FASE DE VERIFICAÇÃO **DA OBSERVÂNCIA**

Em 2018 a Fase de Verificação da Observância gerencio um total de oito casos, com realizações significativas em diversas frentes. Em termos processuais, a conclusão de quatro casos supôs o encerramento de todas as reclamações recebidas sob a política anterior do Mecanismo. Em termos de impacto, os resultados das investigações realizadas nesses quatro casos têm ajudado a fortalecer a operação do Grupo BID ao identificar debilidades em matéria de conhecimento e aplicação das salvaguardas ambientais e sociais e, com base nelas, a Administração tomou medidas para robustecer a atuação nessa matéria.

De particular importância no que diz respeito às falhas de cumprimento identificadas pelo MICI em suas investigações, estas foram também ressaltadas na **Avaliação de Salvaguardas Ambientais e Sociais** preparada pelo Escritório de Avaliação (OVE).

Principais conclusões sobre a aplicação das políticas e resultados obtidos

Sobre o cumprimento dos requisitos de política e a qualidade da preparação: O OVE constatou que, até pouco tempo, uma grande percentagem dos projetos do BID revistos não cumpriam plenamente os requisitos iniciais em matéria de salvaguardas antes da aprovação do empréstimo. As razões principais do descumprimento eram a falta de avaliações ambientais e sociais e planos de gerenciamento conexos ou avaliações e planos incompletos e a falta de consulta às comunidades afetadas e de divulgação dos documentos ambientais e sociais nos prazos requeridos. A qualidade da análise ambiental e social foi variável e, em um grande número de casos, não foi possível encontrar planos de reassentamento. A aplicação das políticas de gênero, reassentamento, povos indígenas e gestão do risco de desastres naturais foi muito desigual, o que não se pode atribuir somente à natureza dos projetos e aos impactos previstos, mas provavelmente devido à falta de clareza no tocante a quando e como aplicar as políticas. Mais da metade dos projetos aplicaram um enfoque de âmbito porque antes da aprovação não se tinham identificado em sua totalidade os investimentos em subprojetos específicos. Para esses projetos, foi elaborado um âmbito de gestão ambiental e social, que em muitos casos foi demasiado genérico para guiar corretamente a escolha de subprojetos e a preparação de suas análises e planos de gestão ambiental e social e teria requerido um acompanhamento sistemático por parte do Banco na implementação, o qual muitas vezes não existiu.

Resumo da Avaliação de Salvaguardas Ambientais e Sociais realizada pelo OVE em 2018.

Neste ano o MICI também recebeu aprovação da Diretoria Executiva para iniciar a investigação relativa ao Projeto de Energia Hidrelética Alto Maipo, no Chile (**MICI-BID-CH-2017-0115**), a qual se está realizando em estreita colaboração com o Escritório do Ombudsman de Cumprimento e Assessoria (CAO na sigla em inglês) da Corporação Financeira Internacional, uma vez que esse mecanismo também recebeu uma reclamação a respeito do mesmo projeto.

Ação da Diretoria Executiva em resposta a uma investigação do MICI

A reclamação relativa ao Projeto Eólico Mareña Renovable (ME-MICI002-2012), que seria o maior parque eólico da América Latina, também significou um ponto de inflexão institucional no tocante à Política para Povos Indígenas (OP-765): como resultado da investigação do MICI, a Diretoria Executiva fez um apelo no sentido de assegurar que a estrutura institucional e normativa de projetos que envolvem as comunidades indígenas se baseie nas boas práticas internacionais que permitam ao Banco trabalhar da maneira mais eficaz. Além disso, instou a Administração a fortalecer sua capacidade institucional para avaliar riscos sociais e operar em contextos de conflito social.

A Diretoria Executiva desempenha papel fundamental no processo de verificação da observância, não só ao autorizar as investigações propostas pelo MICI, mas também promovendo a sustentabilidade das operações do Grupo BID ao apoiar as conclusões das investigações e exigir da Administração o cumprimento do âmbito de salvaguardas ambientais e sociais que tem imposto como padrão de qualidade e responsabilidade.

Em 2018, a equipe de Fase de Verificação da Observância apresentou à Diretoria Executiva o relatório de investigação relativo ao Projeto Metrobús em Assunção, Paraguai (**MICI-BID-PR-2016-0101**). Como resultado da consideração, pela primeira vez desde a entrada em vigor da nova Política, a Diretoria Executiva do Banco autorizou o MICI a acompanhar a implementação, por parte da Administração, das recomendações propostas pelo mecanismo. Dado que o projeto ainda está em execução, a implementação oportuna das recomendações com vistas a evitar o dano às comunidades impactadas pela construção e operação do Metrobús.

Promovendo mudanças sistêmicas

À primeira vista pode parecer que o gerenciamento das reclamações de um mecanismo de prestação de contas como o MICI simplesmente resolve casos pontuais, cujo impacto se limita meramente aos protagonistas implicados. A experiência desses anos mostra, porém, que a missão do MICI incide diretamente em aspectos mais nucleares de funcionamento e estrutura do Grupo BID. Ao longo desse ano foram encerradas algumas reclamações emblemáticas para o MICI que deixam um importante legado institucional que perdurará nas próximas décadas.

A reclamação do Aeroporto Internacional El Dorado, em Bogotá (CO-MICI002-2011), ilustra a importância da aplicação robusta das salvaguardas ambientais para evitar ou mitigar impactos gerados pelo tráfico aéreo. A expansão do aeroporto da capital da Colômbia teria de aumentar o impacto sonoro nas comunidades vizinhas. No entanto, isso não foi identificado oportunamente e, portanto, tampouco se estabeleceram medidas de mitigação adequadas. Além disso, ao não identificar-se o amplidão dos impactos, a categorização ambiental outorgada ao projeto não correspondeu ao nível de risco ambiental que efetivamente carregava.

No caso do Programa de Estruturação Urbana de São José dos Campos, no Brasil (BR-MICI006-2011), também ocorreu a sentença em categorização, nesse caso em referência a um reassentamento involuntário. Ambas as reclamações se referiam a alegações de danos decorrentes do descumprimento das salvaguardas sociais e ambientais do BID, bem como de problemas na divulgação rotineira de informação ambiental e social dos projetos.

São, de fato, dois âmbitos que aparecem de forma recorrente em muitas reclamações, segundo indica a primeira nota do programa Reflexões MICI. As respectivas pesquisas que realizou a Fase de Verificação da Observância indicaram omissões, por parte do Grupo BID, no cumprimento de suas Políticas Operacionais de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas (OP-703) e de Acesso à Informação (OP-102). Fruto dos relatórios da Fase e da demanda da Diretoria, a Administração implementou um conjunto de medidas destinadas a melhorar seus sistemas internos para assegurar a publicação oportuna da informação ambiental e social de seus projetos. Além disso, foi fortalecida a capacidade da unidade de salvaguardas do Banco a fim de que uma maior proporção dos projetos pudesse ser acompanhada por um especialista ambiental e/ou social para orientar e fortalecer a execução dos mesmos. Além disso, foram elaboradas diversas guias para que os equipamentos de projeto possam fazer melhores avaliações de impacto social e consultas significativas às partes interessadas.

Mais informações sobre a reclamação na seção A Gerenciamento em 2018, caso por caso: **CO-MICI002-2011** **e** **BR-MICI006-2011**

A expansão do Aeroporto Internacional El Dorado, em Bogotá, permitiu ultrapassar 30 milhões de passageiros anuais. A investigação do MICI detectou que o Banco não identificou oportunamente o impacto acústico nos bairros circundantes.

Deslocamento econômico em projetos localizados em áreas urbanas: um risco não identificado?

Dois casos gerenciados pela Fase de Verificação da Observância durante 2018 mostraram que os impactos de deslocamentos econômicos não foram devidamente abordados: as Reclamações relativas ao Metrobus de Assunção, Paraguai, e sobre o programa de drenagem pluvial de La Paz e El Alto, na Bolívia, ambos financiados pelo BID.

Os dois projetos envolveram obras extensas em áreas urbanas principalmente comerciais e, em ambos os casos, os comerciantes na área de influência do projeto preencheram uma reclamação ao MICI alegando perdas econômicas devido às construções. As duas investigações da Fase de Verificação da Observância revelaram que os projetos não identificavam corretamente os impactos potenciais de deslocamento econômico nos comerciantes e, portanto, as medidas de mitigação não eram adequadas. Além disso, a investigação sobre o caso Metrobus expôs uma lacuna na política de reassentamento do Banco que a equipe do projeto usou para revestir o deslocamento econômico, mas que se refere exclusivamente a reassentamento físico. O MICI considerou que, dada essa lacuna normativa, as políticas operacionais do banco não incorporam ferramentas internacionais para enfrentar problemas de deslocamento econômico, como a elaboração de planos para a restauração dos meios de subsistência.

No seu relatório, a MICI destacou o risco de desigualdade na atenção a tais impactos, dada a falta de orientação normativa para as equipes de projeto. De fato, a comparação de ambos os casos mostra que cada equipe de projeto utilizou diferentes abordagens para esse tipo de impacto. No caso da Bolívia, baseou-se na política operacional de conformidade ambiental e de salvaguardas, OP-703, enquanto no caso do Paraguai utilizou a política operacional de reassentamento involuntário, OP-710.

As investigações da Fase têm servido para identificar como uma lacuna na política pode levar a causar danos nas comunidades ao não identificar os impactos das etapas de diligência devida num projeto.

Mais informações sobre a reclamação na seção A Gerenciamento em 2018, caso por caso:

MICI-BO-2014-079 e **MICI-BID-PR-2016-0101**

Programa de drenagem pluvial de La Paz e El Alto

Projeto Metrobús em Assunção

PROMOÇÃO **DE ACESSO**

Apresentação do MICI na IV Cúpula Amazônica da Coordenadora das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA) em Macapá, Brasil.

O MICI dificilmente poderia cumprir apropriadamente sua missão sem uma adequada divulgação de sua função de prestação de contas. Um aspecto primordial é o seguinte: os possíveis usuários devem conhecer o mecanismo e as vias de acesso a eles oferecida para apresentar suas reclamações. O desafio singular é chegar àquelas comunidades afetadas cuja vulnerabilidade limita seu acesso. Para enfrentar esse desafio, o MICI procura interagir e fortalecer o vínculo com diversos atores na América Latina e no Caribe a fim de promover conhecimento sobre o Grupo BID, suas salvaguardas e o Mecanismo.

Ao longo desse ano, o MICI realizou intensa atividade de divulgação e promoção de acesso, tanto dentro como fora do Grupo, que atingiu mais de 1.200 participantes. Boa parte desses esforços se concretizaram em workshops com organizações da sociedade civil e representantes de comunidades na região. O MICI também organizou e participou de conversas e eventos com especialistas em solução de conflitos, em avaliação de impactos ambientais e sociais e em aspectos relacionados com o gerenciamento de riscos por represálias. Além disso, o MICI manteve diversos intercâmbios com outros mecanismos de prestação de contas e organizou atividades de vinculação e capacitação com entidades governamentais e unidades executoras.

Um requisito essencial para cumprir a missão do MICI é garantir o acesso a todas as comunidades potencialmente afetadas.

ENCURTANDO **DISTÂNCIAS**

Uma das novidades introduzidas nesse ano no âmbito do programa de atividades de divulgação no interior do Grupo BID foi um novo formato de *workshops* virtuais fazendo uso das tecnologias da informação para alcançar um maior número de colegas. Mediante essas reuniões interativas, os funcionários do Grupo que trabalham nos diversos países da região poderiam ter acesso às sessões de informações e capacitação semelhantes às quais o MICI oferece de forma presencial na sede de Washington.

Para facilitar a participação, programou-se uma série introdutória que incluiu uma apresentação geral sobre o MICI, bem como sessões específicas para a Fase de Consulta e a Fase de Verificação da Observância, respectivamente. Para um tratamento mais individualizado, cada tema contou com apresentações nos quatro idiomas oficiais do Grupo BID, com espaços para esclarecer dúvidas sobre o mandato e o funcionamento do MICI. Dessa forma, o MICI visa a assegurar que os equipamentos de operações conheçam o Mecanismo e o valor que atribui à instituição.

Desde este ano, a maioria dos eventos de disseminação podem ser remotamente seguidos por videoconferência.

As sessões introdutórias ao MICI permitem fortalecer o comprometimento dos novos funcionários com os princípios de transparência e prestação de contas do Grupo BID.

INTERCÂMBIOS **ESTRATÉGICOS**

Um aspecto essencial do mandato do MICI é divulgar o Mecanismo como recurso de última instância que reforça a transparência e a prestação de contas do Grupo BID. Para fortalecer esse aspecto, nesse ano foram identificadas algumas audiências estratégicas em diversos países que podem ampliar os esforços de divulgação do Mecanismo. Com esse novo enfoque, teve início um conjunto de café da manhãs de trabalho com um número de personalidades reconhecidas na região por seus conhecimentos acadêmicos ou por desempenhar funções relacionadas com o acesso à informação, participação pública e mecanismos de prestação de contas, seja no âmbito privado ou público.

No ano destacam-se duas reuniões, em Buenos Aires e em Lima, com peritos em solução de conflitos provenientes de instituições governamentais, setor acadêmico e organizações da sociedade civil. Esses encontros serviram também para promover um intercâmbio informal e uma reflexão conjunta sobre os mecanismos não judiciais de reclamação como parte das denominadas infraestruturas para a paz e analisar até que ponto estão sendo utilizados em contextos de conflito socioambiental na região.

Em 2018, pela primeira vez, foram iniciadas reuniões com atores estratégicos em diferentes países que podem servir de tampo para o MICI e melhorar suas raízes na região.

REFLEXÕES PARA UM

MAIOR CONHECIMENTO

Um dos marcos mais destacáveis de 2018 para o Mecanismo foi o lançamento do programa **MICI Reflexões.** O objetivo desse programa é compartilhar a experiência do MICI por meio de notas técnicas que promovam a reflexão institucional e, em última instância, fortaleçam o desenho, a execução e a supervisão das operações do Grupo BID. Para isso, o **MICI Reflexões** atua em três frentes:

- Primeira, destilar a experiência que o MICI acumulou ao longo do tempo, gerando novos produtos do conhecimento;
- Segunda, criar espaços de diálogo e intercâmbio institucional em estreita cooperação com as administrações do BID e BID Invest;
- E, por último, utilizar esses mesmos produtos analíticos para alimentar um diálogo contínuo com organizações da sociedade civil e instituições pares que promova um maior conhecimento de nosso trabalho ao longo da região da América Latina e do Caribe.

A primeira nota de MICI Reflexões analisa as 128 reclamações recebidas entre 2010 e 2017.

MICI Reflexões enriqueceram o diálogo com as organizações da sociedade civil e outros mecanismos homólogos.

O próprio nome do programa simboliza a visão com que surgiu **MICI Reflexões** com a aspiração de devolver à instituição o aprendizado adquirido sob uma perspectiva de melhoria contínua fruto da reflexão. Um processo de reflexão, baseado na maturidade institucional e no diálogo, que permita aprofundar como o Grupo BID encarna sua missão de melhorar vidas.

A primeira nota

A primeira nota técnica do MICI Reflexões analisa um total de 95 reclamações sob um enfoque estatístico para oferecer mais informações sobre os motivos pelos quais as comunidades apresentam reclamações e as operações que os geram.

O lançamento da primeira nota dentro do BID permitiu coletar valiosas contribuições de funcionários do Banco, membros de sociedade civil e organismos pares que enriqueceram seu teor e abriram a porta a novas temáticas a serem abordadas em notas subsequentes.

O programa MICI Reflexões não é de uma série de publicações: visa gerar um diálogo aberto e baseado em evidências para fortalecer a prestação de contas do Grupo BID.

A EQUIPE **DO MICI**

A equipe do MICI em 2018

Oito anos de dedicação ao MICI

Em 30 de março de 2018, Sylvia Walker se aposentou, após oito anos de dedicação ao MICI. Sylvia, cidadã boliviana, ingressou no BID em outubro de 1987.

Ao longo dos 31 anos de serviço no Grupo do BID, Sylvia ocupou vários cargos e responsabilidades. Desde seu primeiro emprego na Gerência de Desenvolvimento Social, ela se mudou para a área de operações em 1989. Cinco anos mais tarde, ela ingressou na vice-presidência executiva do BID, onde atuou até setembro de 2005. De lá, ela assumiu uma nova responsabilidade na Fundação Interamericana de Cultura e Desenvolvimento.

Em dezembro de 2010, quando o recém-formado MICI estava começando sua jornada, Sylvia se juntou à equipe do Mecanismo, onde era responsável pelo planejamento e orçamentário administrativo, e pelo gerenciamento e gestão de recursos. Durante seu tempo no MICI, Sylvia se destacou por a sua paixão, dedicação e camaradagem. Obrigado por ser uma parte fundamental desses primeiros anos.

O GERENCIAMENTO EM 2018, **CASO POR CASO**

Durante este ano, o MICI gerenciou um portfólio de 23 Reclamações. Na imagem, encontro com os Reclamantes do caso do Parque Industrial Caracol, no Haiti.

ARGENTINA ▸ AR-MICI001-2010

Programa Multifásico de Desenvolvimento Infraestrutural:

Apoio à Produção de Entre Rios–Fase I

- País: **Argentina**
- Situação atual: **Concluído**
- Data de recebimento no MICI: **28 de junho de 2010**
- Número do projeto: **AR-L1036**
- Categoria ambiental: **B**
- Financiamento do BID: **US$ 100.000.000**
- Setor: **Empresas Privadas e Desenvolvimento de PME**
- Tipo de Projeto: **Operação de Empréstimo**
- Cronologia e documentos públicos: **Registro Público AR-MICI001-2010 (MICI-AR-2010-004)**

O Projeto

O BID financia um Programa que apoia o desenvolvimento de infraestrutura para contribuir para o desenvolvimento e a competitividade da economia na província de Entre Rios, Argentina. No âmbito da primeira fase do Programa, se contempla a construção da subestação elétrica "Grande Paraná" de 500-132 kW., para assegurar a disponibilidade de energia elétrica em áreas de expansão agroindustrial. A operação de empréstimo com garantia soberana foi aprovada em novembro de 2007.

A Reclamação

O Senhor Pablo Folonier e outros membros de sua família aduzem potenciais danos ambientais e sociais decorrentes da construção e operação da usina de transmissão elétrica. Entre eles figuram:

- Ausência do devido processo no momento da desapropriação da propriedade rural como local selecionado para a construção da usina;
- Falta de medidas de proteção e/ou mitigação das áreas circundantes da propriedade rural que fazia parte de uma zona ribeirinha de montes e colinas declaradas área de valor e interesse para a cidade do Paraná;
- Prejuízo econômico decorrente dos impactos sobre a agricultura local que a localização da usina poderia implicar; e
- Falta de acesso à informação sobre o projeto e seus alcances.

Gestão em 2018

A Comissão de Participação do Cidadão, instância criada pelas Partes para dar acompanhamento local ao cumprimento dos compromissos assinados no acordo entre reclamantes e a ENERSA, reuniu-se duas vezes no ano para procurar identificar e viabilizar a obra de pavimentação no Bairro do Brete. Essa obra, única atividade pendente no processo, teria sido proposta como medida de compensação do impacto ambiental gerado pela construção da subestação elétrica na zona em substituição à construção de um centro de saúde originalmente previsto no acordo e requeria um conjunto de gestões junto às autoridades municipais que finalmente puderam ser resolvidas em 2018.

Neste período a gestão de MICI concentrou-se em facilitar a interação entre as Partes e as diversas autoridades municipais pertinentes, bem como oferecer informação sobre os processos de licitação envolvidos. Em todo momento o processo contou com o acompanhamento de um funcionário do BID na Argentina.

Perante isso, em setembro o MICI realizou uma missão de

monitoramento e encerramento a Entre Rios cujo resultado foi a assinatura da "Ata de Encerramento do Processo MICI" pelas Partes, em cujo âmbito se conclui o processo MICI ao serem cumpridos os acordos assinados em dezembro de 2012.

Destaque

Este caso, recebido pelo MICI em 2010, gerou importantes realizações e aprendizagens em sua gestão. Entre as realizações destacam-se o cumprimento de acordos que permitiram mitigar o impacto visual por meio da revegetação natural do perímetro onde está situada a subestação; a instalação de energia trifásica para as moradias situadas na zona de impacto; e a melhoria na infraestrutura do bairro O Brete e suas vias de acesso.

Além disso, o processo distinguiu-se pela criação da Comissão de Participação do Cidadão, apoiada por dois peritos mediadores locais, a qual não somente serviu como instância de acompanhamento do caso, mas também atuou como entidade de vinculação da ENERSA com os vizinhos e cuja prática a empresa tem replicado em outros projetos.

Finalmente, o caso também serviu como aprendizado para o MICI, uma vez que originalmente o acordo prévia um conjunto de compromissos fora do âmbito de controle das Partes, o que tornava inviável seu cumprimento. À medida que isso se evidenciou foi necessário que as Partes dialogassem sobre propostas alternativas viáveis que finalmente substituíram as originalmente previstas e permitiram alcançar o cumprimento cabal do acordo.

BRASIL ▸ BR-MICI004-2011

Programa de Melhoria de Bairros
Habitar Brasil

- País: **Brasil**
- Situação atual: **Aberto**
- Data de recebimento no MICI: **10 de junho de 2011**
- Número do projeto: **BR0273**
- Categoria ambiental: **não disponível**
- Financiamento do BID: **US$ 250.000.000**
- Setor: **Desenvolvimento Urbano e Moradia**
- Tipo de Projeto: **Operação de Empréstimo**
- Cronologia e documentos públicos: **Registro Público BR-MICI004-2011 (MICI-BR-2011-019)**

O Projeto

O BID apoia um programa integral de melhoria de bairros executado pelo Município de São José dos Campos, Brasil, para melhorar a qualidade de vida de famílias de recursos escassos de áreas metropolitanas. O programa inclui ações nos âmbitos de saneamento, educação, saúde, coleta de dejetos sólidos e melhoria do meio ambiente. A operação de empréstimo com garantia soberana foi aprovada em 1998.

A Reclamação

A Petição foi apresentada pela Central de Movimentos Populares em representação de um grupo de famílias da comunidade de Vila Nova Tatetuba em São José dos Campos que não aceitaram a alternativa de reassentamento proposta no âmbito do Programa Habitar. As famílias alegavam impactos econômicos e sociais negativos em suas condições de vida. Desde janeiro de 2004 essas famílias ocupavam um depósito ferroviário abandonado em condições precárias. As famílias também exigiam um ressarcimento econômico pela perda de sua mobília.

Gestão em 2018

No âmbito do monitoramento dos acordos, no início de 2018 o MICI realizou uma missão à cidade de São José dos Campos para trabalhar com a Administração Municipal e com os representantes das famílias reclamantes e verificar in situ os avanços das atividades previstas no acordo.

Destaque

Em 2018, como parte do acompanhamento, foram feitas melhorias nas moradias como se previa no acordo e se identificou a via para a formalização da propriedade das moradias. Estima-se que este projeto seja concluído no primeiro trimestre de 2019.

SITUAÇÃO EM 2011

SITUAÇÃO EM 2017

BRASIL ▸ BR-MICI006-2011

Programa de Estruturação Urbana de São José dos Campos

País: **Brasil**

Situação atual: **Concluído**

Data de recebimento no MICI:
10 de junho de 2011

Número do projeto: **BR-L1120**

Categoria ambiental: **B**

Financiamento do BID: **US$ 85.672.400**

Setor: **Desenvolvimento Urbano e Moradia**

Tipo de Projeto: **Operação de Empréstimo**

Cronologia e documentos públicos:
Registro Público BR-MICI006-2011 (MICI-BR-2011-020)

O Projeto

O BID financia um projeto para contribuir para o desenvolvimento sustentável do Município de São José dos Campos, Brasil, com o objetivo de alcançar um maior equilíbrio econômico, ambiental e social por meio da melhoria e consolidação da infraestrutura e da gestão urbana do município. O Programa está estruturado em três componentes: (1) melhorias urbano-ambientais; (2) melhorias na mobilidade urbana; e (3) fortalecimento institucional. No seu primeiro componente o programa inclui a relocalização de famílias que ocupam áreas de preservação ambiental e vivem em situação de risco. A operação de empréstimo com garantia soberana foi aprovado em maio de 2010.

A Reclamação

A Central de Movimentos Populares de São José dos Campos, em representação de 100 famílias residentes na comunidade do Jardim Nova Esperança – também conhecida como o Banhado – apresentou a reivindicação onde alegam efeitos socioambientais potenciais negativos às famílias, derivados da construção de uma via e do consequente reassentamento involuntário. Além disso, alegam não terem sido devidamente informados sobre o projeto e as condições de reassentamento involuntário.

Gestão em 2018

Em 24 de agosto de 2018 os funcionários do BID responsáveis pelo projeto reportaram à Diretoria que estava concluída a implementação das sete recomendações feitas pelo MICI como resultado da investigação realizada.

Dado que a Diretoria Executiva não solicitou o acompanhamento por parte do MICI, este deu por concluída a gestão em outubro com a emissão do Relatório de Encerramento.

Destaque

O processo de investigação teve como principais conclusões descumprimentos relacionados com as obrigações previstas nas políticas operacionais de meio ambiente e cumprimento de salvaguardas (OP-703), reassentamento involuntário (OP-710) e acesso à informação (OP-102), destacando a qualificação incorreta do programa como categoria B; ausência de consultas à população afetada; ausência de avaliações ambientais e não divulgação de informação ambiental de natureza pública.

Considerando que, antes de iniciar a investigação, o município solicitou ao BID a exclusão do processo de reassentamento involuntário da operação de financiamento, as recomendações apresentadas pelo MICI à Diretoria Executiva concentrou-se em promover o fortalecimento institucional.

MEDIDAS REPORTADAS PELO BID SOBRE AS RECOMENDAÇÕES DO MICI

Recomendação do MICI	Ação proposta do BID
Publicar no website do Banco todos os documentos de divulgação obrigatória para o Programa, de preferência em português.	Publicar os documentos do programa São José dos Campos nos websites do Banco.
Dar a conhecer à população, da forma que se considerar mais oportuna, que o reassentamento das famílias do Banhado e a construção da Via do Banhado já não estão sendo financiados pelo BID.	Enviar uma carta formal aos líderes da comunidade para informar que o reassentamento das famílias do Banhado e a construção da Via do Banhado já não estão sendo financiados pelo BID.
Distribuir o Relatório de Verificação da Observância MI-21-6 ao pessoal do Banco, com enfoque especial nos funcionários encarregados do desenho, execução e supervisão de operações.	Organizar workshops com o pessoal de operações e deliberar as conclusões constantes do Relatório de Verificação da Observância.
Explicitar nas diretrizes de aplicação da Política de Acesso à Informação o caráter obrigatório de divulgação pública dos planos de reassentamento em todas as operações que envolvem reassentamento involuntário, bem como o requisito de temporalidade da divulgação dos mesmos.	Lançar uma nova funcionalidade em Convergência para a divulgação de documentos ambientais e sociais.
Nos casos de atrasos significativos na execução de projetos que impliquem reassentamento estabelecer procedimentos claros para prever necessidades e implementar de maneira expedita ações de mitigação que incluam, entre outras, a divulgação de informação oportuna às populações objeto do reassentamento e a atualização de diagnósticos e qualquer revisão e/ou reajuste dos planos chave de gestão ambiental e social da operação, conforme necessário.	Incluir informação sobre reassentamentos involuntários no esclarecimento técnico que a ESG está preparando para os especialistas do BID.
Assegurar a disponibilidade e divulgação das Políticas Operacionais Pertinentes nos quatro idiomas oficiais do Banco.	Traduzir as políticas operacionais pertinentes ao português (quarto trimestre de 2017) e ao francês (primeiro trimestre de 2018) e publicá-las no website do Banco.
Encarregar a Administração de garantir o acesso pronto e direto do MICI a todos os arquivos operacionais pertinentes a seu mandato.	Proporcionar acesso do MICI a todos os arquivos operacionais pertinentes a seu mandato.

COLÔMBIA ▸ CO-MICI002-2011

Aeroporto Internacional El Dorado

- País: **Colômbia**
- Situação atual: **Concluído**
- Data de recebimento no MICI: **12 de agosto de 2011**
- Número do projeto: **CO-L1029**
- Categoria ambiental: **B**
- Financiamento do BID: **US$ 165.000.000**
- Setor: **Transporte**
- Tipo de Projeto: **Operação de Empréstimo**
- Cronologia e documentos públicos: **Registro Público CO-MICI002-2011 (MICI-CO-2011-023)**

O Projeto

O BID financia o projeto de modernização e expansão do Aeroporto Internacional El Dorado de Bogotá, Colômbia, cujo objetivo é ampliar a capacidade e agilizar as operações do aeroporto, reduzindo demoras, consumo de combustível, custos de manutenção, bem como melhorar os serviços de passageiros, companhias aéreas e clientes de transporte de carga reforçando os níveis de segurança. A operação de empréstimo sem garantia soberana à Sociedad Concesionaria Operadora Aeroportuária Internacional, S.A. (OPAIN) foi aprovada em dezembro de 2010.

A Reclamação

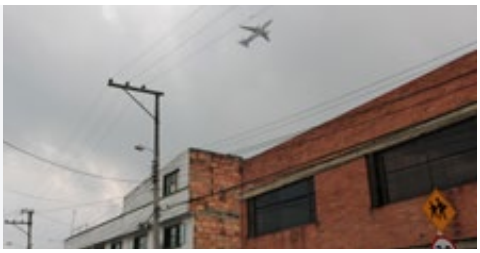
A Senhora Gloria Molina apresentou a Reclamação em representação da organização comunitária "Comunidades Unidas Macroprojeto Aeroporto El Dorado", mediante a qual se indica um conjunto de preocupações da comunidade referentes a temas constantes do Estudo de Impacto Ambiental relacionado com a poluição da água, gestão de dejetos perigosos, altos níveis de ruído e gestão social da OPAIN com a comunidade. A Reclamação também indicava que o projeto não proporciona às comunidades afetadas acesso adequado e efetivo à informação ou aos mecanismos de participação social.

Gestão em 2018

Em maio de 2017 a Diretoria Executiva do Banco considerou o Relatório de Verificação da Observância do MICI, aprovou sete das oito recomendações incluídas pelo Mecanismo e solicitou à Administração a preparação de um Plano de Ação para implementação.

Em 8 de março de 2018 a Administração apresentou à Diretoria o "Relatório de Andamento das Medidas Adotadas pela Administração do Banco para Abordar as Recomendações Formuladas pelo MICI em seu Relatório de Verificação da Observância do Aeroporto Internacional El Dorado". Posteriormente, em outubro de 2018, a Administração apresentou, a título de informação da Diretoria, o documento "Relatório Final de Andamento" com relação ao Relatório anterior.

Dado que neste caso a Diretoria Executiva não solicitou ao MICI dar acompanhamento às medidas tomadas pela Administração, em 5 de novembro de 2018 deu por concluída a gestão do caso mediante a publicação de seu Relatório de Encerramento.



MEDIDAS PROPOSTAS PELO BID SOBRE AS RECOMENDAÇÕES FORMULADAS PELO MICI

Recomendação do MICI	Medida proposta pelo BID
Publicar no site do Banco todos os documentos de divulgação obrigatória, inclusive o PGAS (Plano de Gestão Ambiental e Social) para a operação Aeroporto Internacional El Dorado, preferencialmente em idioma espanhol.	Publicar os documentos da análise ambiental (auditoria ambiental e o plano de gestão ambiental e social) no site do BID.
Explicitar nas diretrizes de aplicação da Política de Acesso à Informação o caráter obrigatório da divulgação pública dos planos de reassentamento em todas as operações que envolvem um reassentamento involuntário, bem como o requisito de temporalidade de sua divulgação.	Todos os relatórios de Verificação da Observância do MICI são divulgados automaticamente ao pessoal do Banco.
Esclarecer e/ou produzir diretrizes que ajudem as equipes nos casos em que a atuação de terceiros seja um fator a considerar no âmbito da gestão de riscos e impactos.	Está-se tentando, caso por caso, identificar qualquer terceiro pertinente, entabular contato e exercer influência sobre essas partes para que empreendam as devidas medidas para manejar os riscos ambientais e sociais sob seu controle. O BID Invest aplica as Normas de Desempenho da IFC, as quais incluem a identificação e gestão de riscos propostos por terceiros, conforme o caso.
Promover a atualização contínua das "Guias para as consultas públicas e a participação das partes interessadas nos projetos financiados pelo BID", incorporando as lições aprendidas das equipes de projetos nesses anos e as boas práticas internacionais pertinentes.	Em junho de 2017 foi elaborada uma nota de boa prática intitulada Consulta Significativa com as partes interessadas.
Divulgar amplamente entre Agências Executoras, Clientes e pessoal do Banco essas Guias e, em colaboração com as áreas pertinentes do Banco, preparar cursos de capacitação sobre consulta e participação nos quais se incluam estudos de caso do Banco.	A nota de orientação Consulta Significativa com as partes interessadas foi divulgada por meio do site, blogs e um curso de aprendizado eletrônico, bem como apresentada em reuniões e eventos; além disso, foi baixada mais de 800 vezes.
Explicitar a divulgação rotineira do PGAS e qualquer atualização do mesmo que se realize para todos os projetos, mesmo aqueles que não requerem EIAs, na lista de documentos de divulgação obrigatória da OP-102.	Isso tem sido feito desde que a Política de Acesso à Informação revisada entrou em vigor em 1º de janeiro de 2011.
Introduzir disposições que aumentem a acessibilidade à informação, de tal forma que se assegure que a informação ambiental e social que o Banco divulga figure no idioma do país onde se realiza a operação.	O Banco divulga os relatórios de análise e os planos de gestão ambiental e social no idioma do país em que se executa a operação. Estão sendo envidados esforços no sentido de que a maioria dos relatórios de gestão ambiental e social seja preparada e divulgada no idioma do país da operação. O BID Invest divulga os resumos de Revisão Ambiental e Social no idioma local e em inglês.

MÉXICO ▸ ME-MICI002-2012

Projeto Eólico Marenha Renováveis

País: **México**

Situação atual: **Concluído**

Data de recebimento no MICI:
26 de dezembro de 2012

Número do projeto: **ME-L1107**

Categoria ambiental: **A**

Financiamento do BID:
$1.060.000.000 pesos mexicanos

Setor: **Energia**

Tipo de proyecto: **Operação de Empréstimo**

Cronologia e documentos públicos:
Registro Público ME-MICI002-2012 (MICI-ME-2012-053)

O Projeto

O BID financiou um projeto cujo objetivo era apoiar a construção de um parque eólico de 396 KW no Istmo de Teuantepec, no estado de Oaxaca, para fornecer energia à empresa Fomento Economico Mexicano S.A.B. de C.V. sob a estrutura jurídica mexicana de autoabastecimento. A operação implica construção de 132 torres com aerogeradores e uma linha de transmissão de 52 quilômetros que conecta o parque com a rede elétrica. A operação de empréstimo sem garantia soberana foi aprovada em novembro de 2011 em prol do Mareña Renovables Capital.

A Reclamação

O Senhor Leonardo Crippa, da organização Índian Law Resource Center, em representação de moradores das comunidades indígenas Santa María Xadani, San Mateo del Mar, Colonia Álvaro Obregón, San Francisco del Mar, San Dionisio del Mar, Juchitán de Zaragoza e Unión Hidalgo do Istmo de Teuantepec, estado de Oaxaca, México, apresenta uma reivindicação mediante a qual se alega um conjunto de danos que incluem:

- ausência de consultas públicas apropriadas;
- falta de avaliação adequada dos impactos ambientais na fauna da zona e informação insuficiente às comunidades sobre os impactos previstos; e
- impactos negativos no estilo de vida das comunidades e no seu meio de subsistência tradicional, a saber, a pesca.

Gestão em 2018

Em 24 de agosto de 2018 a Administração (funcionários do BID responsáveis pelo projeto) informou à Diretoria que tinha concluído a implementação do plano de trabalho aprovado, resultado da investigação realizada. Com isso deu-se por concluída a gestão com a publicação do Relatório de Encerramento em outubro.

Destaque

O processo de investigação teve como principais conclusões descumprimentos a respeito das obrigações previstas nas políticas operacionais de meio ambiente e cumprimento de salvaguardas (OP-703), povos indígenas (OP-765) e acesso à informação (OP-102), destacando a ausência de consultas significativas e culturalmente apropriadas à população afetada; a ausência de avaliações sociais abrangentes; e a não divulgação de informação ambiental de natureza pública, ainda sendo um projeto de setor privado.

Como resultado da investigação, o BID realizou as **seguintes ações** para atender às recomendações do MICI:

- **Contratos de usufruto.** A Administração aplicou a recomendação do MICI e acordou com o cliente que as comunidades seriam devidamente informadas a respeito do cancelamento do projeto. O cliente informou as comunidades sobre esse cancelamento e em junho de 2017 encaminhou uma rescisão bilateral antecipada, em conformidade com o disposto nos contratos de usufruto.

- **Fortalecer a capacidade para avaliar e gerir as repercussões sociais dos projetos.** Para melhorar a prática do BID no que se refere a salvaguardas sociais foi elaborado um conjunto de notas técnicas entre as quais figuram uma nota técnica sobre **Consultas significativas às partes interessadas** e uma nota técnica sobre **Avaliação do impacto social**.

- Com base nessas duas notas técnicas o BID formulou e pôs em operação um programa de formação na matéria para funcionários. A Unidade de Salvaguardas Ambientais e Sociais (ESG) criou um conjunto de atividades de formação, que incluíam cursos obrigatórios para o pessoal da unidade. Além disso, entre março e junho de 2018, ESG concluiu um conjunto de workshops com seis divisões setoriais para compartilhar experiências e esclarecer temas chave relativos às salvaguardas ambientais e sociais; e está em processo de desenho um curso virtual.

- **Imprimir maior uniformidade à aplicação dos requisitos de divulgação.** Desde julho de 2017, se incorporaram funcionalidades para assegurar que se divulgue a documentação ambiental e social pertinente.

Finalmente, atendendo à recomendação de rever o quadro de salvaguardas ambientais e sociais, o Escritório de Avaliação e Supervisão do Banco realizou em 2018 a Avaliação das Salvaguardas Ambientais e Sociais com o objetivo de informar sobre o nível de eficácia que os sistemas de Salvaguardas do Grupo do BID na prevenção, gestão e mitigação dos impactos ambientais e sociais adversos das operações financiadas pelo Grupo e fortalecer a capacidade dos clientes de gerenciar impactos e riscos ambientais e sociais. A avaliação cobriu o trabalho do BID sobre salvaguardas desde 2011, o ano em que a mais recente política de salvaguardas entrou em vigor, e do BID Invest desde setembro de 2013, quando sua Política de Sustentabilidade Social e Ambiental entrou em vigor. Como resultado da mesma, o Grupo BID inicia em 2019 a revisão de sua estrutura de gestão ambiental e social.

BOLÍVIA ▸ MICI-BO-2014-079

Programa de Drenagem de La Paz e El Alto

- País: **Bolívia**
- Situação atual: **Concluído**
- Data de recebimento no MICI: **27 de março de 2014**
- Número do projeto: **BO-L1028**
- Categoria ambiental: **B**
- Financiamento do BID: **US$ 30.000.000**
- Setor: **Água e Saneamento**
- Tipo de Projeto: **Operação de Empréstimo**
- Cronologia e documentos públicos: **Registro Público** MICI-BO-2014-079

O Projeto

O BID financia um projeto para reduzir os danos humanos e materiais causados por eventos geo-hidrometeorológicos nos Municípios de La Paz e El Alto por meio da implementação de obras e ações complementares para melhorar o sistema de drenagem pluvial e sua gestão. Trata-se de uma operação de empréstimo com garantia soberana.

A Reclamação

O Reclamante, que requereu confidencialidade por temor a represálias, indica ter sofrido prejuízos econômicos diretamente relacionados com os cortes de rua requeridos pela reparação do abobadado do Rio Jancokollo prevista no Programa de Drenagem Pluvial II. Entre as alegações indica que a informação outorgada aos vizinhos a respeito da operação foi limitada e imprecisa quanto à duração da obra, o que gerou impactos negativos sobre os negócios da zona. Além disso, afirma que as consultas públicas não foram levadas a cabo de forma adequada.

Gestão em 2018

Em 14 de fevereiro de 2018, a Diretoria Executiva do Banco considerou e aprovou o Relatório de Verificação da Observância e solicitou à Administração a preparação de um relatório periódico para informar sobre o avanço da implementação das recomendações 2 e 3 do Relatório. O Relatório e a Decisão Final da Diretoria estão disponíveis no Registro Público.

As principais conclusões do Relatório de Verificação referem-se a descumprimentos da Política de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas (OP-703):

- **Requisitos de avaliação ambiental:** O Banco descumpriu a Diretiva B.5 por não verificar que os planos de avaliação e gestão ambiental da Obra cumpriram plenamente os requisitos da Política, por não ter-se assegurado de que a análise ambiental da Obra incluísse uma identificação dos impactos que seriam causados aos comerciantes da zona e consequentemente por tampouco terem sido determinadas medidas de mitigação eficazes.
- **Consultas:** O Banco descumpriu a Diretiva B.6 por não se ter consultado a população afetada; e cumpriu no que diz respeito ao requisito de manter as partes informadas sobre a execução do programa das medidas de mitigação definidas nos planos de gestão ambiental e social.

Recomendações feitas pelo MICI no âmbito do Relatório de Verificação:

- **Recomendação 1:** Que a Diretoria Executiva solicite à Administração a apresentação de uma análise de alternativas para no futuro atender, de acordo com as atribuições e competências do Banco, a situações em que se gerem danos atuais ou potenciais por descumprimento

de suas Políticas Operacionais Pertinentes.

- **Recomendação 2:** Que a Administração informe a Diretoria como o trabalho de fortalecimento do Banco em matéria de vinculação com a sociedade e consultas públicas está incidindo nos projetos, por exemplo, No BO-L1114.
- **Recomendação 3:** Incorporar no nível de Projeto informação sobre o MICI que permita tanto às agências executoras como à população da área de incidência do Projeto tomar conhecimento da existência do MICI e de seus processos.

Em setembro de 2018 a Administração apresentou à Diretoria o Relatório Final sobre as Medidas Adotadas.

Dado que neste caso a Diretoria Executiva não solicitou ao MICI dar acompanhamento às medidas tomadas pela Administração, mediante a publicação do Relatório de Encerramento, em 5 de novembro de 2018 o MICI deu por concluída a gestão do caso.

Destaque

O processo de verificação da observância encontrou neste caso deficiências em matéria de consultas e de identificação de impactos sociais, particularmente no que se refere a prejuízos econômicos de curto prazo em comunidades urbanas.

Além disso, destaca a dificuldade de gestão nos casos em que os reclamantes temem represálias.

MEDIDAS ADOTADAS PELO BID COM BASE EM RECOMENDAÇÕES FEITAS PELO MICI

Recomendação do MICI	Ação proposta pelo BID
Esclarecimento dos âmbitos para atender a situações que gerem danos.	A Administração esclareceu os âmbitos em que o Banco pode atender a situações que gerem danos reais ou potenciais.
Participação e consulta às partes interessadas.	Em junho de 2017 foi publicada a nota técnica "Consulta significativa às partes interessadas", a qual incorpora a experiência e lições aprendidas do BID, bem como boas práticas internacionais nesse âmbito. A nota baseia-se no trabalho publicado em 2016 "Consultas Públicas à Sociedade Civil: Guias para Agências Executoras Públicas e Privadas", destinado a apoiar as agências executoras na realização de consultas públicas eficazes. A nota estabelece como princípios chave que a participação e consulta significativa com as partes interessadas constituem um diálogo e uma participação bidirecional mais do que uma divulgação unidirecional de informação. É um processo e não um ou uns poucos eventos isolados. Envolve as pessoas nas comunidades afetadas e outras partes interessadas pertinentes. Também contém uma descrição dos elementos chave que a consulta deveria incluir ao longo do ciclo de um projeto padrão. No caso específico da operação BO-L1114 (Programa de Drenagem Pluvial dos Municípios de La Paz e El Alto III), embora o projeto tenha sido aprovado em 23 de novembro de 2016, os componentes-chave da nota técnica em sua maioria já tinham sido aplicados à fase de preparação e estão sendo aplicados na execução. Por meio de um processo de mapeamento das partes interessadas, foram identificadas as principais partes afetadas e interessadas, as quais foram incluídas no processo de preparação e execução, tais como as sociedades de bairro, associações de comerciantes e transportadores e líderes indígenas. Foi elaborado e aplicado um protocolo de consulta pública na preparação e execução do projeto. Além dos princípios básicos que orientam a consulta, o protocolo define três etapas metodológicas para a implementação do processo: **a. Fase de acordos anteriores:** Reuniões iniciais entre a entidade executora do projeto e os representantes de grupos de partes interessadas para acordar o processo de consulta, sua metodologia e implementação. **b. Fase de informação:** Visitas conjuntas aos locais do projeto para informar e deliberar sobre as obras, seus possíveis impactos e os acordos necessários. **c. Fase de consulta:** As datas e os lugares dos eventos de consulta são acordados com os representantes das diferentes partes interessadas. Esta etapa inclui a tradução nos idiomas locais (aimará). Todas as decisões são documentadas por meio de acordos assinados pelas partes.
Divulgação da informação sobre o MICI.	Há várias formas de divulgação da informação sobre projetos do Banco às partes afetadas e ao restante da população. Na preparação do projeto e no processo de consulta e participação das partes interessadas os participantes são informados sobre diversos mecanismos que o projeto, o órgão executor e o Banco oferecem para a compensação de reclamações e participação, inclusive o MICI. O website virtual do Banco é outra importante fonte de acesso à informação sobre o projeto e seus recursos, inclusive o MICI. Além disso, envidam-se esforços no sentido de proporcionar informação sobre o MICI no website de cada projeto e divulgar de maneira sistemática os relatórios de cumprimento por meio dos canais de comunicação interna.

PERU ▸ MICI-PE-2015-0094

Projeto de Cadastro, Titulação e Registro de Terras Rurais no Peru – Terceira Fase (PTRT-3)

- País: **Peru**
- Situação atual: **Aberto**
- Fecha de Recepción MICI: **27 de agosto de 2015**
- Número do projeto: **PE-L1026**
- Categoria ambiental: **A (antes B)**
- Financiamento do BID: **US$ 40.000.000**
- Setor: **Agricultura e Desenvolvimento Rural**
- Tipo de Projeto: **Operação de Empréstimo**
- Cronologia e documentos públicos: **Registro Público MICI-PE-2015-0094**

O Projeto

O BID apoia o projeto por meio de um empréstimo com garantia soberana que constitui uma terceira etapa de apoio ao Projeto Especial de Registro e Titulação de Terra (PETT) para a titulação e cadastro de propriedades rurais, particularmente na costa e na serra do Peru. Essa terceira etapa consolidará tarefas da segunda no que diz respeito à inscrição de propriedades e titulação de comunidades camponesas e nativas, bem como atividades tendentes a assegurar a sustentabilidade do cadastro rural. A operação tem prevista a execução de quatro componentes: (1) cadastro, titulação e registro de terras; (2) consolidação institucional; (3) serviços de administração de terra; e (4) direção, administração e supervisão.

A Reclamação

A Associação Interétnica de Desenvolvimento da Selva Peruana (AIDESEP), em representação de 1.166 comunidades nativas da Amazônia peruana de nove organizações indígenas regionais, afirma que a execução do projeto gerará danos irreparáveis aos Povos Indígenas da Amazônia do Peru. Em termos concretos os Reclamantes consideram que o projeto violará seus direitos à propriedade e uso dos territórios indígenas ao adjudicarem em primeira instância a titularidade a colonos. Além disso, indicam que o projeto produzirá danos ambientais e socioeconômicos, tais como o desmatamento de terras ancestrais, a degradação dos ecossistemas e a perda dos meios de vida das populações indígenas. Segundo os Reclamantes, esses prejuízos poderiam ter sido causados por descumprimento das Políticas Operacionais de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas (OP-703) e Povos Indígenas (OP-765).

Gestão em 2018

Em 2018 foram realizadas quatro reuniões da Comissão de Acompanhamento dos Acordos facilitadas pelo MICI e com a participação de representantes do BID, AIDESEP e a UEGPS, bem como diversas reuniões bilaterais de natureza virtual para apoiar a execução das atividades acordadas. Em junho de 2018 foi realizada uma missão de acompanhamento a Lima, uma vez que diversos funcionários do Ministério e da AIDESEP se teriam mudado e era necessário restabelecer os vínculos institucionais.

Destaque

Em novembro de 2018 foi emitido o primeiro Relatório de Acompanhamento mediante o qual os reclamantes destacaram que nesse primeiro ano não foram feitos avanços substanciais nos acordos sob supervisão. A falta de avanços poderia deteriorar a confiança entre as Partes e afetar a capacidade da Comissão de Acompanhamento como espaço conjunto destinado a acompanhar o processo de implementação dos Acordos.

TITULAR NUESTRA
TIERRA ES
CONSERVAR Y PROTE
JER SUS RECURSOS
NATURALES
ITULACION DE
NUESTRO TERRITORI
ES MUY IMPORTANTE
PARA NOSOTROS
PECES S
RTANTES MUY
PARA
SOTROS Y QUEREMOS
PROTECCION Y
CONSERVACION..

PARAGUAI ▸ MICI-BID-PR-2016-0101

Reconversão do Centro, Modernização do Transporte Público Metropolitano e Escritórios do Governo – Reclamação II

- País: **Paraguai**
- Situação atual: **Aberto**
- Data de recebimento no MICI: **17 de maio de 2016**
- Número do projeto: **PR-L1044**
- Categoria ambiental: **B**
- Financiamento do BID: **US$ 125.000.000**
- Setor: **Transporte**
- Tipo de Projeto: **Operação de Empréstimo**
- Cronologia e documentos públicos: **Registro Público** MICI-BID-PR-2016-0101

O Projeto

O BID apoia a reabilitação e melhoria da infraestrutura urbana e de transporte de Assunção por meio de diversas operações de empréstimo e financiamentos não reembolsáveis. Os objetivos principais são:

(1) Revitalização da zona central de Assunção, por meio da implantação de vias para pedestres e ciclovias, renovação e constituição de parques, construção de obras de saneamento pluvial e esgoto e construção de um prédio para permitir ao Estado prestar serviços de atendimento ao público; e

(2) Estabelecimento progressivo de um sistema de transporte público integrado e eficiente entre San Lorenzo e o centro Assunção.

A Reclamação

Os Reclamantes afirmam que a construção do Metrobus gerará um impacto negativo nos residentes de Assunção que são usuários permanentes da Av. Eusébio Ayala; que não há transparência; que o projeto carece de um desenho final; e que não se realizou nenhum estudo de viabilidade técnico-econômica ou, se houver, o acesso a eles é desconhecido.

Gestão em 2018

Em dezembro de 2018, o MICI apresentou à Diretoria Executiva o Relatório de Verificação da Observância que tomou nota das conclusões e aceitou as sete recomendações feitas pelo MICI, pedindo à Administração um Plano de Ação e que o MICI desse acompanhamento ao mesmo.

ACHADOS DA INVESTIGAÇÃO DO MICI

Política Operacional	Achado
Política de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas **(OP-703)**	› O Banco descumpriu a Diretiva B.5 por não assegurar que o Projeto nem em geral nem no caso dos trechos 2 e 3 contasse com análises ambientais que identificassem riscos e impactos potenciais do Metrobus sobre a totalidade da população da área de influência; determinasse medidas específicas para controlar esses riscos e impactos, nem contasse com planos de gestão de riscos; › O Banco cumpriu a Diretiva B.5 por assegurar que o Projeto contasse com uma análise ambiental capaz de identificar os riscos e impactos que o Projeto causa para o trecho 1; › O Banco descumpriu a Diretiva B.6 por não ter fornecido, no âmbito dos processos de socialização do Projeto, informação completa e específica à população afetada, de acordo com os padrões de consultas da B.6; › O Banco cumpriu a Diretiva B.4 ao identificar "outros riscos" que poderiam afetar a viabilidade do Projeto e elaborar medidas para manejá-los no que se refere à capacidade de gestão do órgão executor; › O Banco descumpriu a Diretiva B.9 ao não identificar os potenciais impactos a locais de importância cultural crítica e não crítica, nem estabelecer as medidas para proteger sua integridade na etapa de preparação do Projeto e no âmbito do processo de avaliação ambiental. › Dado o anterior, o Banco descumpriu a Diretiva B.1, uma vez que financiou uma operação que descumpria as Diretivas B.3, B.5 e B.6 da OP-703 e não era coerente com diversas disposições da OP-710 e a OP-102 (em suas versões de 2006 e 2010).
Política de Reassentamento Involuntário **(OP-710)**	› O Banco descumpriu por não dispor de um plano de reassentamento antes da aprovação do Projeto, conforme requerem os prazos estabelecidos; › O Banco descumpriu por não dispor de um plano de reassentamento para o trecho 1, após a aprovação do Projeto, que cumpra os requisitos dessa política; › O Banco cumpriu por dispor de planos de reassentamento para os trechos 3.1 e 3.2 do Projeto, mas esses descumprem alguns requisitos da OP-710.
Política de Acesso à Informação **(OP-102)**	› O Banco descumpriu por não publicar a tempo todos os documentos de divulgação obrigatória sob essa política.

RECOMENDAÇÕES DO MICI NO RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO DA OBSERVÂNCIA.

Recomendação 1: Que a Administração se assegure de contar o quanto antes possível com um plano de reassentamento em consulta com os afetados para o trecho 1 que cumpra os requisitos da OP-710, em especial que contenha medidas de mitigação e compensação que atendam à situação de vulnerabilidade específica dos afetados e garantam o restabelecimento de sua situação.
Recomendação 2: Que a Administração leve a cabo uma auditoria social e ambiental para confirmar se as medidas formuladas para atender aos impactos na etapa de construção foram efetivamente implementadas e se são suficientes para atender aos impactos sobre comerciantes da zona e, em caso contrário, determinar as adequações ou medidas corretivas necessárias para atender efetivamente a esses impactos, em conformidade com os achados de descumprimento indicados para o trecho 3 da OP-710.
Recomendação 3: Que a Administração dê especial acompanhamento às ações do contratante para cumprir as diretrizes do PMSA em relação com o patrimônio histórico e no devido momento avalie se as medidas de mitigação propostas cumprem os padrões estabelecidos na B.9.
Recomendação 4: Que no âmbito da OP-710 e em um período prudente, a Administração faça uma avaliação para determinar as condições de vida da população impactada; e dependendo dos resultados obtidos, estabeleça medidas corretivas compatíveis com os requisitos das POP.
Recomendação 5: Divulgar oportunamente os documentos de divulgação obrigatória a serem futuramente produzidos, bem como as atualizações dos já publicados.
Recomendação 6: Que se avalie a pertinência de introduzir linguagem específica ao tema de deslocamento econômico nas POP, a fim de resolver o atual vazio normativo.
Recomendação 7: Que a Administração desenvolva um plano de ação, em consulta com o MICI, sobre a implementação das recomendações deste relatório que forem ''aprovadas pela Diretoria e que o mesmo contenha um cronograma de implementação compatível com a operação motivo da investigação, ao qual o MICI daria acompanhamento em conformidade com o parágrafo 49 de seu Política.

HAITI ▸ MICI-BID-HA-2017-0114

Programa de Infraestrutura Produtiva – Reclamação II

- País: **Haiti**
- Situação atual: **Aberto**
- Data de recebimento no MICI: **12 de janeiro de 2017**
- Número do projeto: **HA-L1055**
- Otras operaciones: **HA-L1076, HA-L1081**
- Categoria ambiental: **A (antes B)**
- Financiamento do BID: **US$ 55.000.000**
- Setor: **Desenvolvimento Urbano e Moradia**
- Tipo de Projeto: **Operação de Investimento não Reembolsável**
- Cronologia e documentos públicos: **Registro Público MICI-BID-HA-2017-0114**

O Projeto

O BID financia a construção do Parque Industrial de Caracol (PIC) e o desenvolvimento da região norte do Haiti por meio de diversas operações da instalação não reembolsáveis. O projeto inclui a construção do Parque Industrial de Caracol (PIC) e outras obras de infraestrutura correlatas com o objetivo de incentivar o investimento privado e a criação de novos empregos. O PIC situa-se perto das comunas de Caracol, Limonado, Trou du Nord e Terrer Rouge.

A Reclamação

Apresentada pelo Kolektif Peizam Tè Chabe (Kolektif) constituído por aproximadamente 420 famílias que trabalhavam na terra dentro do perímetro onde está situado atualmente o PIC. O Kolektif dispõe da representação e apoio do Acountability Counsel, Ation Aid Haiti e AREDE.

A reivindicação afirma que a construção sem aviso prévio da cerca perimetral do Parque lhes impediu o acesso aos lotes de terra que constituíam seu meio de subsistência. Alegam que a consulta se realizou depois que a cerca foi colocada e que dela participaram organizações que não os representavam e para a qual não contaram com informação suficiente. Os Reclamantes indicam que os valores de compensação que eventualmente receberam não foram suficientes e que atualmente estão em condições precárias de subsistência. Entre as consequências sofridas pela perda de receita figuram a deserção escolar de seus filhos pela incapacidade de pagar matrículas escolares, bem como dificuldades para garantir a segurança alimentar da respectiva família. Indicam que antes da instalação do PIC utilizavam parte do coletado para consumo familiar. As mulheres afirmam estar particularmente expostas às consequências negativas sobre o tecido familiar que tem provocado o deslocamento econômico.

Os Reclamantes vinculam esses danos a um potencial descumprimento das políticas operacionais: Política de Reassentamento Involuntário (OP-710), Igualdade de Gênero no Desenvolvimento (OP-761), Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas (OP-703), povos indígenas (OP-765), e Acesso à Informação (OP-102). Para o tratamento de sua petição, indicaram sua preferência pelas duas Fases do processo MICI.

Gestão em 2018

Durante o ano prosseguiu o processo de Fase de Consulta iniciado em junho de 2017. O MICI convocou e facilitou quatro rodadas de diálogo estruturado entre as Partes, dando acompanhamento aos temas da agenda e metodologia acordada no início do processo. Além disso, facilitou um exercício de análise de cenários com os atores principais com o objetivo de explorar em conjunto contribuições para medidas corretivas potenciais em função dos possíveis resultados da avaliação prevista na OP-710.

Em 8 de dezembro de 2018, as Partes assinaram um acordo de natureza confidencial com medidas corretivas para restabelecer os meios de subsistência e outras disposições em matéria ambiental. No início de 2019 o MICI apresentará uma proposta de plano de acompanhamento para consideração da Diretoria Executiva.

Destaque

Entre outros resultados o processo MICI permitiu:

- Pôr à disposição dos reclamantes informação ambiental e social de natureza pública em sua língua materna, a saber, o criollo haitiano.
- Promover a construção de confiança por meio de um processo de diálogo respeitoso das diferenças culturais.
- Realizar um processo de revisão dos pagamentos de compensação realizados para identificar erros ou omissões. Esse processo encontrou pequenas diferenças em 41 casos a serem subsanadas no primeiro trimestre de 2019.
- Alcançar um acordo com medidas corretivas para restabelecer os meios de subsistência das 422 famílias afetadas e implementar medidas em matéria ambiental.

CHILE ▸ MICI-BID-CH-2017-0115

Projeto de Energia Hidrelétrica Alto Maipo

País: **Chile**

Situação atual: **Aberto**

Data de recebimento no MICI: **2 3 de janeiro de 2017**

Número do projeto: **CH-L1067**

Categoria ambiental: **A**

Financiamento do BID: **US$ 200.000.000**

Setor: **Energia**

Tipo de Projeto: **Operação de Empréstimo**

Cronologia e documentos públicos:
Registro Público MICI-BID-CH-2017-0115

O Projeto

O BID financia o projeto de construção, operação e manutenção de duas usinas hidrelétricas de 531 MW de passagem na zona de San José del Maipo localizada aproximadamente a cerca de 48 km de Santiago do Chile. As centrais preveem captar a água das bacias de afluentes do Rio Maipo e dos Rios Yeso, Volcán e Colorado para, em seguida, retorná-la ao Rio Maipo por meio da construção de 70 kms de túneis na Cordilheira dos Andes. Trata-se de uma operação de empréstimo sem garantia soberana aprovada em outubro de 2013. O projeto conta também com financiamento da IFC, OPIC e outros bancos multilaterais comerciais.

A Reclamação

Apresentada por vizinhos que habitam e trabalham principalmente na comuna de São José del Maipo, representados pela Coordenadora Cidadania no Alto Maipo, pela organização Ecossistemas e com o acompanhamento do Centro Internacional de Direito Ambiental (CIEL). Os reclamantes afirmam que sofrem danos que tiveram impacto negativo em seu modo de vida e em sua situação econômica em consequência do Projeto, bem como aumentaram a insegurança da zona. Enfatizam que os impactos do Projeto não foram avaliados integralmente nem foram propostas medidas de mitigação adequadas para atender aos impactos negativos sobre o meio ambiente e comunidades fronteiriças. Dada a vocação turística da zona, indicam que a ausência de observância de acordos e compromissos de convivência têm acarretado reduções no número de visitantes à zona que tinha sido resultado do aumento do tráfico.

Além disso, mediante a Reclamação alegam possíveis danos ambientais vinculados à futura operação do PHAM, principalmente no que diz respeito a impactos adversos, à disponibilidade da água e ao caudal dos rios objeto do Projeto. Comentam que os danos descritos teriam sido resultado do descumprimento, por parte do Banco, de diversas políticas operacionais e solicitam que o MICI leve a cabo uma Verificação da Observância.

Gestão em 2018

Em 30 de maio a Diretoria Executiva aprovou a investigação. Para este caso, o MICI está coordenando a investigação com o Assessor em Cumprimento/Ombsdusman (CAO), o mecanismo de prestação de contas da IFC, que também iniciou um processo de investigação em âmbitos comuns aos previstos pelo MICI.

A investigação dispõe de três peritos em matéria de impacto ambiental e social: Chiqui Arregui, Ana María Ibacache e Oscar Link sob a supervisão de Arantxa Villanueva, Coordenadora de Verificação da Observância do MICI.

No fim do ano os peritos visitaram a sede do Banco para iniciar o processo de entrevistas e, juntamente com a equipe MICI, visitaram o Chile onde realizaram um conjunto de reuniões com reclamantes, funcionários do Banco, funcionários da empresa Alto Maipo, autoridades e outros consultores e peritos vinculados.

Destaque

O MICI está realizando sua investigação em estreita colaboração com o CAO. Essa colaboração permite melhorar a relação custo-eficácia do Mecanismo e evitar duplicação de esforços e tem resultado, entre outros, na participação dos mesmos peritos externos nas investigações de ambos os mecanismos e na realização de uma missão conjunta.

Este caso destaca-se pela presença de processos judiciais ativos que, em conformidade com a Política do MICI, exclui os temas ou assuntos presentes na reivindicação objeto desses processos.

COSTA RICA ▸ MICI-BID-CR-2017-0125

Projeto Hidrelétrico Reventazón – Reclamação IV

- País: **Costa Rica**
- Situação atual: **Aberto**
- Data de recebimento no MICI: **7 de agosto de 2017**
- Número do projeto: **CR-L1049**
- Outros projetos: **CR-L1056, CR-T1074**
- Categoria ambiental: **A**
- Financiamento do BID: **US$ 250.000.000**
- Setor: **Energia**
- Tipo de Projeto: **Operação de Empréstimo**
- Cronologia e documentos públicos: **Registro Público MICI-BID-CR-2017-0125**

O Projeto

O BID apoia o projeto por meio de diversas operações de empréstimo com e sem garantia soberana. Consiste no desenho, construção, operação e manutenção de uma usina com e sem garantia hidrelétrica com capacidade instalada de 305,5 MW na bacia média do Rio Reventazón na Província de Limón na Costa Rica. O Projeto compreende a construção de uma barragem de 130 metros de altura e de um represa de 6,9 km², bem como de um túnel de desvio, casa de máquinas, subestações, linhas de transmissão e caminhos adjacentes.

A Reclamação

Este é a quarta reivindicação recebida pelo MICI sobre Projeto Hidrelétrico Reventazón e que já tinha sido apresentada sob o expediente número MICI-BID-CR-2016-0112, no qual são mencionadas alegações de danos econômicos decorrentes do processo de desapropriação que lhes cortou o acesso à fonte de água utilizada para abastecer seu gado leiteiro. Nesse momento a reivindicação foi declarada não admissível, porque os Reclamantes não tinham tido contato prévio com a Administração do Banco. Os reclamantes afirmam que, depois de contatar a Administração, receberam a visita de um consultor do Banco para comprovar a veracidade das alegações e que lhes comentou que se comunicariam com eles o quanto antes possível, mas até a data de recorrer novamente ao MICI não teriam recebido ainda nenhuma informação.

Gestão em 2018

Na etapa de admissibilidade os Reclamantes e a Administração iniciaram conversações e chegaram a acordos sobre alguns aspectos da Reclamação, mas permanecia sem solução o acesso à água para fins produtivos pelo qual a reivindicação foi declarada admissível e transferida para a Fase de Consulta em 15 de fevereiro.

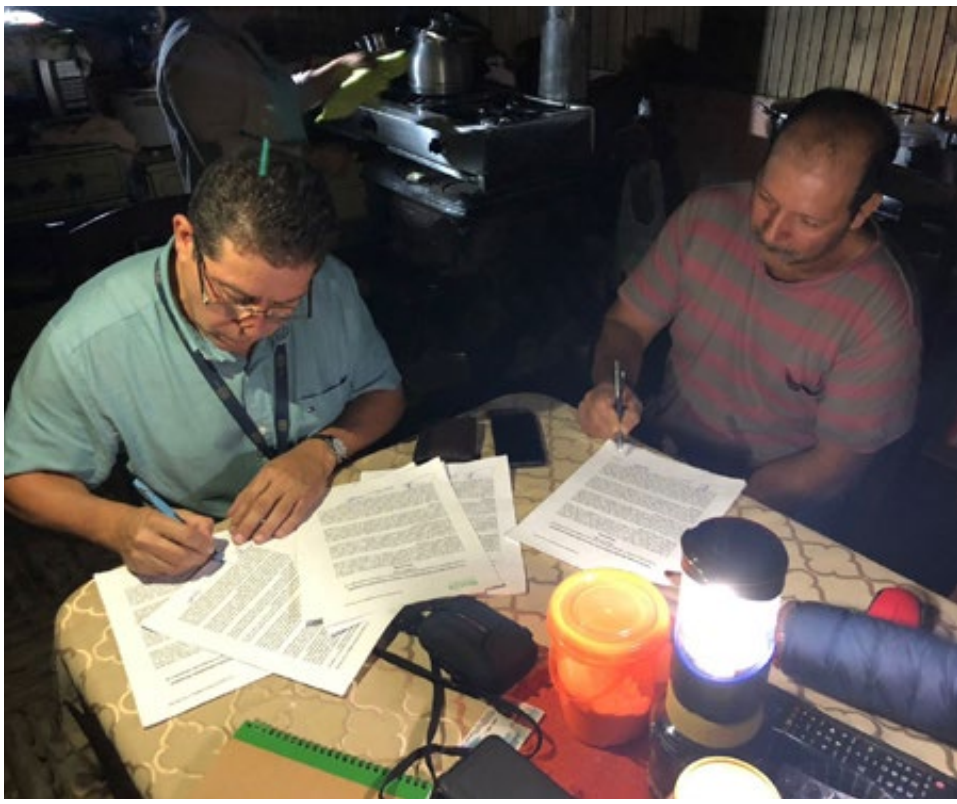
No intuito de manifestar isso às Partes, o MICI acordou realizar um processo abreviado de Fase de Consulta, agilizando a etapa de Avaliação e iniciando imediatamente a Fase de Consulta. O trabalho concentrou-se em um número reduzido de sessões de diálogo organizadas pelo próprio pessoal do MICI de fevereiro a maio de 2018, acrescentando reuniões bilaterais para analisar os avanços e desafios do Processo. Nas duas primeiras sessões foram analisadas alternativas para restabelecer a oportunidade de acesso à água para irrigação e bebedouro de animais com base em dois estudos técnicos. Na terceira sessão as Partes assinaram um acordo de natureza confidencial com base na proposta apresentada por um perito independente e que incluía 18 pontos para a solução do caso. Em maio de 2018, após receber a não objeção da Diretoria Executiva, teve

início a etapa de acompanhamento do cumprimento dos acordos.

Destaque

Neste caso o Processo de Fase de Consulta procurou recriar níveis mínimos de confiança entre as Partes e gerar novos espaços de comunicação e intercâmbio de informação, promovendo um diálogo orientado para resultados. O MICI facilitou um processo de solução de controvérsias destinado a consensuar uma solução integral para restabelecer a oportunidade de acesso à água dos Reclamantes para bebedouro de animais e irrigação.

Um aspecto central do processo foi a análise em profundidade de cada uma das opções disponíveis para oferecer uma solução para o problema identificado, contando com estudos técnicos e sua apresentação às Partes por profissionais qualificados e de reconhecido prestígio. A participação de terceiros técnicos e a facilitação de espaços de intercâmbio com as Partes foram valiosos para dispor de informação relevante na busca de uma solução consensual.



CHILE ▸ MICI-BID-CH-2018-0129

Programa de Energia Sustentável

- País: **Chile**
- Situação atual: **Concluído**
- Data de recebimento no MICI: **8 de janeiro de 2018**
- Número do projeto: **CH-L1136**
- Categoria ambiental: **B**
- Financiamento do BID: **US$ 100.000.000**
- Setor: **Energia**
- Tipo de Projeto: **Operação de Empréstimo**
- Cronologia e documentos públicos: **Registro Público MICI-BID-CH-2018-0129**

O Projeto

O BID financia uma operação para apoiar a sustentabilidade do setor elétrico no Chile mediante um empréstimo com garantia soberana aprovado em 30 de novembro de 2016. A operação visa a desenvolver uma política energética de longo prazo que permita a diversificação e participação de energias renováveis na matriz energética existente, bem como fomentar o intercâmbio e a transferência eficiente de energia no nível internacional.

A Reclamação

Apresentado por um residente da cidade de São Paulo, Brasil, em relação à falta de informação orçamentária disponível do Programa e supostas inconsistências em sua implementação devido à realização de atividades que não se enquadram entre as estabelecidas no contrato de empréstimo.

Gestão em 2018

A reivindicação não foi registrada por carecer de fundamento e não poder ser vinculada aos danos alegados com o Programa. Informou-se ao reclamante que o MICI não era a instância competente para tramitar pedidos de informação e se indicou como cursar essa petição.

Programa de Saneamento Ambiental
da bacia do Rio Reconquista

O Projeto

O BID financia este projeto por meio de uma operação de empréstimo com garantia soberana aprovada em 23 de julho de 2014. O projeto tem como propósito recuperar a função e qualidade ambiental da Bacia do Rio Reconquista mediante ações para melhorar a gestão de resíduos sólidos e aumentar a cobertura de água potável, esgoto e tratamento de águas residuais.

A Reclamação

Um residente da Província de Buenos Aires, Argentina, menciona danos ambientais potenciais à saúde das comunidades próximas ao Rio Reconquista. Em particular indica que a intervenção do rio e suas vertentes tem afetado uma quantidade significativa de zonas úmidas e que a ausência de medidas eficientes de mitigação gerou danos à flora e fauna da zona. Além disso, alega que o Programa não tem contribuído para a gestão adequada de águas residuais, o que estaria prejudicando a saúde das comunidades próximas ao Rio.

Gestão em 2018

Por não dispor de todas as informações requeridas para registro, foi concedida uma prorrogação de 10 dias úteis para que o Reclamante enviasse a informação adicional. No final desse prazo, o MICI não recebeu a informação requerida e deu por concluído o processo.

- País: **Argentina**
- Situação atual: **Concluído**
- Data de recebimento no MICI: **8 de janeiro de 2018**
- Número do projeto: **AR-L1121**
- Categoria ambiental: **A**
- Financiamento do BID: **US$ 230.000.000**
- Setor: **Água e Saneamento**
- Tipo de Projeto: **Operação de Empréstimo**
- Cronologia e documentos públicos: **Registro Público** MICI-BID-AR-2018-0130

EQUADOR ▸ MICI-BID-EC-2018-0131

Programa de Reconstrução de Infraestrutura Elétrica das Zonas Afetadas pelo Terremoto no Equador

País: **Equador**

Situação atual: **Aberto**

Data de recebimento no MICI:
20 de abril de 2018

Número do projeto: **EC-L1219**

Categoria ambiental: **B**

Financiamento do BID: **US$ 60.000.000**

Setor: **Energia**

Tipo de Projeto: **Operação de Empréstimo**

Cronologia e documentos públicos:
Registro Público MICI-BID-EC-2018-0131

O Projeto

O BID financia a reconstrução de infraestruturas elétricas, tanto de geração como de distribuição, afetadas pelo terremoto de 16 de abril de 2016 nas províncias de Esmeraldas, Manabí e São Domingos no Equador, por meio de um empréstimo para obras múltiplas com garantia soberana aprovado em 25 de janeiro de 2017. Em particular, o Programa prevê a relocalização de 9 km de linha de subtransmissão entre as populações de San Vicente e Jama na província de Manabí, motivo da Reclamação junto ao MICI.

A Reclamação

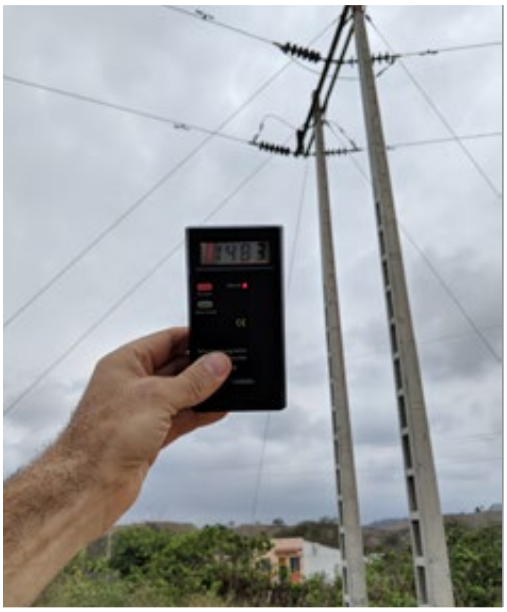
Apresentado por 547 residentes de oito comunidades da Província de Manabí, Equador, por meio de um representante que pediu confidencialidade por temor a represálias para sua pessoa e outros reclamantes. A Reclamação propõe descumprimento das Políticas Operacionais do Banco pela ausência de uma avaliação de impactos ambientais e sociais, uma avaliação deficiente de riscos em uma zona altamente sísmica e a falta de procedimentos de participação do cidadão no Programa. Os Reclamantes alegam que a nova localização das linhas de subtransmissão poderia reduzir a atividade turística da zona, que é seu sustento de vida. Alegam também impactos negativos em sua saúde pela proximidade das linhas a vias altamente transitadas e impactos ambientais do cabeamento sobre as aves da zona.

Gestão em 2018

Na etapa de admissibilidade a Administração solicitou ao MICI uma suspensão temporária do processo para introduzir correções no projeto com um Plano de Ação (PAC) e um cronograma de atividades. Como não se conseguiu cumprir o PAC por diversas razões, a Reclamação foi declarada admissível ao persistirem as alegações apresentadas originalmente e foi transferida para a Fase de Consulta.

Nos meses posteriores foi feita uma revisão dos documentos e do material em formato de vídeo, entrevistas telefônicas e presenciais. Em novembro foi realizada uma missão a Quito e a Manabí para analisar, juntamente com as Partes, a viabilidade e o âmbito de um potencial Processo de Fase de Consulta, bem como avaliar o risco de represálias.

Na avaliação determinou-se que um eventual processo de diálogo deveria abordar: a) a análise do possível impacto de um novo traçado da Linha de Subtransmissão San Vicente-Jama sobre a atividade turística; b) os possíveis riscos à saúde dos habitantes da zona; c) os possíveis danos para a flora e a fauna, em particular para espécies protegidas;



d) o risco de obstrução da rota principal de evacuação, dado o risco sísmico e de colapsos na zona. As Partes indicaram sua vontade de iniciar a Fase de Consulta, pelo que o MICI declarou admissível levar a cabo um processo de diálogo.

Em dezembro de 2018 foi realizada a Primeira Sessão de Diálogo com o apoio de um facilitador do MICI, na qual foram analisadas alternativas do traçado da LST San Vicente-Jama. A segunda reunião será realizada no primeiro trimestre de 2019.

O Destaque

Neste caso cumpre destacar que a operação de empréstimo financia um programa de obras múltiplas que, de acordo com as políticas operacionais do Banco, só requer que cerca de 30% das obras projetadas disponham de estudos de impacto ambiental no momento da aprovação do financiamento. Para o restante das obras, antes que o escritório da representação do BID indique a sua não objeção é preciso contar com os estudos de impacto ambiental e de risco, bem como evidência de que a população impactada foi consultada.

É também relevante a petição de confidencialidade por temor a represálias.

BRASIL ▸ MICI-BID-BR-2018-0132

Programa de Estruturação Urbana de São José dos Campos

- País: **Brasil**
- Situação atual: **Concluído**
- Data de recebimento no MICI: **27 de abril de 2018**
- Número do projeto: **BR-L1160**
- Categoria ambiental: **B**
- Financiamento do BID: **US$ 85.672.400**
- Setor: **Desenvolvimento Urbano e Moradia**
- Tipo de Projeto: **Operação de Empréstimo**
- Cronologia e documentos públicos: **Registro Público** MICI-BID-BR-2018-0132

O Projeto

O BID financia esse programa por meio de uma operação de empréstimo com garantia soberana aprovada em 12 de maio de 2010. O objetivo do projeto é contribuir para o desenvolvimento sustentável do Município de São José dos Campos, Brasil, para conseguir maior equilíbrio econômico, ambiental e social por meio da melhoria e consolidação da infraestrutura e da gestão urbana do município. O Programa está estruturado em três componentes: (1) melhorias urbano-ambientais; (2) melhorias na mobilidade urbana; e (3) fortalecimento institucional.

A Reclamação

Um residente da cidade de São José dos Campos, Brasil apresentou a reivindicação por possíveis danos a moradias e comércios derivados da construção de um livramento viário. NA Reclamação alegam-se impactos negativos ao ambiente e à saúde das comunidades pelas obras na zona que atualmente são foco de pragas e doenças.

Gestão em 2018

Não dispondo de todas as informações requeridas para seu registro, foi concedida uma prorrogação de 10 dias úteis para o Reclamante enviar informações adicionais. No final desse prazo, o MICI não recebeu as informações requeridas e deu por concluído o processo.

COLÔMBIA ▸ MICI-CII-CO-2018-0133

Planta Hidrelétrica Ituango

País: **Colômbia**

Situação atual: **Aberto**

Data de recebimento no MICI:
5 de junho de 2018

Número do projeto: **CO-1179-04**

Categoria ambiental: **A**

Financiamento do BID Invest:
US$ 1.100.000.000

Setor: **Energia**

Tipo de Projeto:
Operação de Empréstimo corporativo

Cronologia e documentos públicos:
Registro Público [MICI-CII-CO-2018-0133]

O Projeto

A Planta Hidrelétrica Ituango, atualmente em construção, é um projeto de geração de eletricidade com capacidade instalada de 2,400 MW aproveitando o caudal do Rio Cauca em seu trecho médio, conhecido como Canhão do Cauca. O Projeto situa-se no departamento de Antioquia, a cerca de 170 km de Medellín. As Diretorias Executivas do BID e da CII aprovaram a operação de empréstimo corporativo sem garantia soberana em 30 de novembro de 2016. Em maio de 2018 surgiu uma emergência no Projeto gerada pelos deslizamentos e entupimentos de túneis que continua sendo atendida pelo Cliente e supervisionada pela Administração.

A Reclamação

Os reclamantes são 477 residentes de nove municípios do departamento de Antioquia, Colômbia, organizados em 15 grupos comunitários, representados pela organização Movimento Rios Vivos Antioquia e acompanhados por diversas organizações da sociedade civil. Na reclamação descreve-se a situação que enfrentam as comunidades situadas nos municípios de Briceño, Ituango, Toledo, Peque, Sabanalonga, Buriticá, Liborina, Olaya e Santa Fe de Antioquia e alega-se que o BID Invest não tem cumprido suas obrigações de devida diligência e supervisão em consequência da ausência de uma avaliação de impactos ambientais e sociais adequada e completa, sem considerar os impactos cumulativos. Além disso, alegam deficiências na garantia de participação efetiva e acesso à informação sobre o Projeto, particularmente por não identificar todas as populações afetadas e não realizar um plano de reassentamento involuntário.

A Reclamação descreve diversos danos ambientais, principalmente no Rio Cauca e seu impacto potencial nas atividades de sustento dos Reclamantes. Além disso, menciona desalojamentos forçados e impactos negativos nas comunidades em consequência da migração de trabalhadores e danos de maior importância para as mulheres devido à falta de inclusão da perspectiva de gênero no Projeto. Ressalta também a situação de violência e represálias contra aqueles que mostraram oposição ao Projeto.

Finalmente, na Reclamação afirma-se que esses danos, já existentes antes da emergência, se têm exacerbado com os deslizamentos e entupimentos de túneis.

Gestão em 2018

Uma vez registrada a Reclamação, o MICI viajou a Medellín para realizar reuniões com os representantes dos Reclamantes e das Empresas Públicas de Medellín (EPM), bem como visitar

as obras de construção da usina hidrelétrica. Em 30 de agosto de 2018 a Reclamação foi declarada admissível e transferida à Fase de Consulta.

Na etapa de Avaliação foram realizados intercâmbios com atores-chave, reuniões com as Administrações do BID e do BID Invest, bem como quatro sessões de trabalho: duas com os Reclamantes e duas com Empresas Públicas de Medellín (EPM) na missão de avaliação a Medellín. Como resultado da avaliação, o MICI determinou que não havia condições para um processo de diálogo ao se perceber a falta de níveis mínimos de confiança, a existência de acusações e estigmatizações mútuas, bem como atuações de outras entidades em torno do Projeto. Tudo isso poderia afetar um potencial diálogo estruturado entre as Partes. Em 16 de noviembre de 2018 o caso foi transferido para a Fase de Verificação da Observância.

Dada a alta complexidade do Projeto, bem como a necessidade de identificar e distinguir entre os diversos danos alegados, o MICI solicitou uma prorrogação do prazo para a preparação da Recomendação para uma Verificação e seus Termos de Referência até 28 de fevereiro de 2019, a qual foi aprovada pela Diretoria Executiva de BID Invest.

Uma vez que a Reclamação apresentada ao MICI se refere a uma operação financiada pelo BID e a uma segunda operação financiada pelo BID Invest, sua análise por parte do MICI é aplicável a ambas as instituições de forma independente. Ver a gestão do caso para o BID **MICI-BID-CO-2018-0133**.

O destaque

Este é o primeiro caso vinculado a uma operação de financiamento de BID Invest declarada admissível.

O projeto está em situação de emergência que é uma das alegações apresentadas na reivindicação além de outros temas vinculados à identificação de populações atingidas, devida diligência e supervisão.

Destaca-se a situação de violência e ataques a defensores de direitos humanos na zona onde se constrói o Planta Hidrelétrica Ituango.

COLÔMBIA ▸ MICI-BID-CO-2018-0133

Apoio à Estruturação do Projeto Hidrelétrico Ituango

- País: **Colômbia**
- Situação atual: **Aberto**
- Data de recebimento no MICI: **5 de junho de 2018**
- Número do projeto: **CO-T1250**
- Categoria ambiental: **C**
- Financiamento do BID: **US$ 1.500.000**
- Setor: **Energia**
- Tipo de Projeto: **Cooperação Técnica**
- Cronologia e documentos públicos: **Registro Público** MICI-BID-CO-2018-0133

O Projeto

A operação consiste em uma cooperação técnica que apoiou a estruturação financeira, técnica, econômica, ambiental e social do Projeto Hidrelétrico Ituango. Essa cooperação técnica financia as atividades de estruturação financeira, estudos técnicos, análise econômica e estudos sociais e ambientais relacionadas com o projeto de geração hidrelétrica jamais construído na Colômbia. A cooperação técnica foi aprovada em 30 de julho de 2012.

O Grupo BID financia o Projeto por meio de duas operações: i) um empréstimo corporativo sem garantia a Empresas Públicas de Medellín, ESP ("EPM") em apoio à construção do Projeto Hidrelétrico Ituango aprovado pelas Diretorias Executivas da CII e do BID em 30 de novembro de 2016; e ii) uma cooperação técnica por parte do BID para as primeiras etapas do Projeto para a avaliação inicial do mesmo nas áreas financeira, econômica, técnica, social e ambiental social.

A Reclamação

Apresentada por 477 residentes de nove municípios do departamento de Antioquia, Colômbia, organizados em 15 grupos comunitários, representados junto ao MICI pela organização *Movimiento Ríos Vivos Antioquia* e acompanhados por diversas organizações da sociedade civil.

Na Reclamação alega-se que o BID teria descumprido suas obrigações de devida diligência com a ausência de uma adequada e completa avaliação de impactos ambientais e sociais que impediu a identificação e caracterização total de afetados. Além disso, alegam-se deficiências na garantia à participação efetiva e acesso à informação sobre o Projeto e que não se realizou um plano de reassentamento involuntário.

Gestão em 2018

Considerando que a Reclamação apresentada ao MICI se refere a uma operação financiada pelo BID e a uma segunda operação financiada pelo BID Invest, sua análise por parte do MICI é aplicável a ambas as instituições de forma independente. Ver a gestão do caso para o BID Invest **MICI-CII-CO-2018-0133**.

Regularização de Reservas de Povos em Isolamento e Regulamentação de Reservas de Povos Indígenas em Isolamento

O Projeto

O BID financia este projeto por meio de duas cooperações técnicas aprovadas em 13 de dezembro de 2012 que apoiam o processo de proteção dos povos indígenas em situação de isolamento ou em situação de contato inicial (PIACI). As cooperações técnicas financiam estudos de reconhecimento e categorização desses povos, uma estratégia de comunicação e conscientização no nível nacional, um piloto de proteção em campo para a Reserva Territorial Mãe de Deus e uma análise de desmatamento nas reservas de PIACI.

A Reclamação

Apresentado pela Associação Interétnica de Desenvolvimento da Selva Peruana (AIDESEP), com o assessoramento da organização Direito, Ambiente e Recursos Naturais (DAR), em representação de uma dezena de PIACI localizados em diferentes zonas da Amazônia peruana. A Reclamação alega que as ações de regularização territorial afetarão os direitos territoriais dos PIACI, em particular do povo Kugapakori-Nahua-Nanti, cuja Reserva Territorial (RTKNN) goza de uma categorização especial com direitos territoriais mais amplos que os previstos nas cooperações técnicas. Em termos concretos consideram que o Banco estaria vulnerando sua segurança territorial e sobrevivência ao descumprir sua Política Operacional para Povos Indígenas ao não considerar os impactos dessa regularização territorial, a possibilidade de conceder novos direitos de exploração, bem como exploração e aproveitamento de recursos naturais.

Gestão em 2018

Em 16 de agosto o MICI determinou que a Reclamação não era admissível por não ser possível identificar uma ação ou omissão do Banco com o dano alegado. Em particular concluiu-se que as atividades a serem realizadas nas duas cooperações técnicas não incluíam a Reserva Territorial Kugapakori-Nahua-Nanti, cujo dano potencial teria motivado a Reclamação.

O destaque

Neste caso a Administração informou em sua Resposta que a Reserva Territorial Kugapakori-Nahua-Nanti teria sido excluída do âmbito das operações para não vulnerar a proteção de que gozava.

- País: **Peru**
- Situação atual: **Concluído**
- Data de recebimento no MICI: **11 de junho de 2018**
- Número do projeto: **PE-T1258 e PE-T1276**
- Categoria ambiental: **C**
- Financiamento do BID: **US$ 400.000 e US$ 600.000**
- Setor: **Investimentos Sociais**
- Tipo de Projeto: **Cooperação Técnica**
- Cronologia e documentos públicos: **Registro Público** MICI-BID-PE-2018-0134

BOLÍVIA ▸ MICI-BID-BO-2018-0135

Programa de Apoio ao Pré-Investimento para o Desenvolvimento

País: **Bolívia**

Situação atual: **Concluído**

Data de recebimento no MICI: **23 de julho de 2018**

Número do projeto: **BO-L1101**

Categoria ambiental: **A**

Financiamento do BID: **US$ 30.000.000**

Setor: **Reforma / Modernização do Estado**

Tipo de Projeto: **Operação de Empréstimo**

Cronologia e documentos públicos:
Registro Público MICI-BID-BO-2018-0135

O Projeto

O BID financia este projeto por meio de uma operação de empréstimo com garantia soberana, aprovada em 9 de setembro de 2015. O projeto busca melhorar a qualidade do investimento público mediante o financiamento de estudos de pré-investimento em setores estratégicos como energia, transporte, risco e saúde.

A Reclamação

Um residente da cidade de La Paz, Bolívia, apresenta alegações sobre supostas irregularidades nos processos de contratação vinculados ao Programa.

Gestão em 2018

A Reclamação não foi registrada por se tratar unicamente de temas relacionados a aquisições que não são competência do MICI e foi reenviada ao Escritório de Aquisições do Banco para ser tratada.

Geradora San Mateo S.A.
e Geradora San Andrés S.A.

O Projeto

BID Invest, por meio de duas operações de empréstimo sem garantia soberana, financia os projetos consistentes no desenvolvimento, construção e operação de duas hidrelétricas ao fio de água: Geradora San Mateo S.A. (GSM) e Geradora San Andrés S.A. (GSA), de 20MW e 10,65 MW respectivamente. A GSM prevê a utilização dos Rios Negro e Pojom, ao passo que a GSA utilizaria os Rios Primavera, Varsóvia e Palmira. Ambos os projetos situam-se no município de Ixquise, no Departamento de Hueuetenango, Guatemala.

A Reclamação

Apresentado por 33 pessoas pertencentes a oito comunidades da Microrregião de Ixquise do município de San Mateo Ixtatán, departamento de Hueuetenango, Guatemala, as quais pediram a confidencialidade de sua identidade por temor a represálias, representadas pela Associação Interamericana para a Defesa do Ambiente (AIDA) e pela Plataforma Internacional contra a Impunidade.

Na Reclamação alegam-se descumprimentos das obrigações de devida diligência e supervisão de BID Invest, tais como a ausência de uma avaliação completa de impactos ambientais e sociais; a falta de procedimentos de consulta prévia considerando os danos aos interesses e o território de comunidades indígenas; e a falta de procedimentos adequados para o acesso à informação.

Entre as alegações de dano figuram diversos danos ambientais dos corpos de água nos quais haveria intervenção e afetariam o abastecimento para as atividades agrícolas que servem de sustento às comunidades. Alegam-se também danos à cultura e ao modo de vida tradicional dos povos indígenas, além de ressaltar impactos diferenciados e de maior porte para as mulheres da área, além da falta de consideração da perspectiva de gênero.

Além disso, a Reclamação detalha uma grave situação de insegurança, a ruptura do tecido familiar e comunitário e a situação de violência e represálias contra os opositores dos projetos, mencionando o assassinato de diversos membros da comunidade.

Gestão em 2018

A reivindicação foi registrada em 13 de agosto de 2018. O MICI solicitou prorrogação do prazo para determinar a qualificação da reivindicação com o objetivo de fazer uma visita à zona de influência dos projetos nos primeiros dias de 2019.

- País: **Guatemala**
- Situação atual: **Aberto**
- Data de recebimento no MICI: **6 de agosto de 2018**
- Número do projeto: **GU3794A-01 e GU37398A-01**
- Categoria ambiental: **B**
- Financiamento do BID Invest: **US$ 7.000.000 e US$ 6.000.000**
- Setor: **Energia**
- Tipo de Projeto: **Operação de Empréstimo**.
- Cronologia e documentos públicos: **Registro Público** MICI-CII-GU-2018-0136

BID Invest

COLÔMBIA ▸ MICI-BID-CO-2018-0137

Programa de Fortalecimento Institucional da Controladoria Geral da República

País: **Colômbia**

Situação atual: **Concluído**

Data de recebimento no MICI:
21 de agosto de 2018

Número do projeto: **CO-L1154**

Categoria ambiental: **C**

Financiamento do BID: **US$ 30.000.000**

Setor: **Reforma / Modernização do Estado**

Tipo de Projeto: **Operação de Empréstimo**

Cronologia e documentos públicos:
Registro Público MICI-BID-CO-2018-0137

O Projeto

O BID financia esse projeto por meio de uma operação de empréstimo com garantia soberana aprovada em 25 de novembro de 2015. Trata-se de um projeto para fortalecer o sistema de controle fiscal, promoção de transparência e participação do cidadão na Controladoria Geral da República na Colômbia.

A Reclamação

Um residente da cidade de Medellín, Colômbia, apresentou a reivindicação alegando práticas proibidas e corrupção em desenvolvimento e na execução posterior do Programa.

Gestão em 2018

A Reclamação não foi registrada, uma vez que trata unicamente de práticas proibidas, tema fora do âmbito do MICI, e foi encaminhada ao Escritório de Integridade Institucional para dispensar atenção à mesma.

Programa Estratégico de Infraestrutura e Logística de Transportes no Paraná

O Projeto

O BID financia este projeto por meio de uma operação de empréstimo com garantia soberana aprovado em 21 de setembro de 2017. Seu objetivo é contribuir para o desenvolvimento de infraestrutura de transporte viário, melhorando sua sustentabilidade, nível de serviço e segurança para permitir uma maior integridade regional do Paraná.

A Reclamação

Noventa e seis residentes do Bairro Riozinho no Paraná, Brasil, alegam danos à sua qualidade de vida pela construção de um viaduto que faz parte das obras do Programa. O viaduto cortaria o acesso aos bairros onde residem e aumentaria o tráfico de veículos na zona, afetando suas atividades cotidianas e a segurança viária. Alegam-se também a ausência de processos de consulta com as comunidades afetadas e a falta de informação disponível sobre o Programa.

Gestão em 2018

Dado que os Reclamantes não tinham mantido contato prévio com a Administração, a Reclamação não foi registrada. Os reclamantes foram encaminhados à Administração, deixando aberta a possibilidade de voltar ao MICI se suas preocupações não forem atendidas em um prazo prudente.

- País: **Brasil**
- Situação atual: **Concluído**
- Data de recebimento no MICI: **4 de setembro de 2018**
- Número do projeto: **BR-L1434**
- Categoria ambiental: **A**
- Financiamento do BID: **US$ 235.000.000**
- Setor: **Transporte**
- Tipo de Projeto: **Operação de Empréstimo**
- Cronologia e documentos públicos: **Registro Público** MICI-BID-BR-2018-0138

PARAGUAI ▸ MICI-BID-PR-2018-0139

Programa de Reabilitação e Moradia do Banhado Sul em Assunção (Bairro Tacumbu)

País: **Paraguai**

Situação atual: **Concluído**

Data de recebimento no MICI:
27 de novembro de 2018

Número do projeto: **PR-L1152**

Categoria ambiental: **A**

Financiamento do BID: **US$ 100.000.000**

Setor: **Desarrollo y Vivienda Urbanos**

Tipo de Projeto: **Operação de Empréstimo**

Cronologia e documentos públicos:
Registro Público MICI-BID-PR-2018-0139

O Projeto

O BID financia este projeto por meio de uma operação de empréstimo com garantia soberana prevista para aprovação em 6 de dezembro de 2018. O projeto visa a apoiar a população residente na zona sul (conhecida como Banhado Sul) da cidade de Assunção, Paraguai, que sofre inundações constantes. O Programa tem como objetivo a construção de moradias; a recuperação de lagoas, arroios e zonas úmidas; e a geração de condições para a sustentabilidade econômica dos residentes do Banhado.

A Reclamação

Apresentada pelo grupo de Organizações Sociais do Banhado Tacumbu (COBAT) em representação de centenas de residentes do Banhado Tacumbu. Na Reclamação alegam-se a falta de um estudo de viabilidade de alternativas, a ausência de um censo completo da população impactada e um plano de reassentamento. Além disso, alegam sentenças nos procedimentos de participação do cidadão e informação para a comunidade.

A reivindicação descreve danos ambientais potenciais às zonas úmidas do Rio Paraguai e à Lagoa Yrupe e adverte a respeito do impacto negativo sobre suas condições de vida e patrimônio, além de possível reassentamento involuntário previsto no Programa.

Gestão em 2018

A Reclamação não foi registrada por referir-se a uma operação que ainda não tinha sido aprovada pela Diretoria Executiva e foi transferida para a Administração para sua consideração.

ANEXOS

Zona da província de Manabí, Equador, onde ocorre o Programa de Reconstrução de Infraestrutura Elétrica das Zonas Afetadas pelo Terremoto no Equador.

Orçamento aprovado e executado para 2018

Cifras em dólares americanos

RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS 2018	BID	CII	TOTAL
Salários	$1.351.812	-	$1.351.812
Gerenciamento de Reclamações	$1.037.234	$88.000	$1.125.234
Aprendizagem	$92.270	$40.500	$132.770
Divulgação	$90.700	$78.500	$169.200
Fortalecimento Institucional	$10.000	$5.000	$15.000
Total Orçamento Aprovado	**$2.582.016**	**$212.000**	**$2.794.016**
Fundo de Contingência	$50.000	$20.000	$70.000
Total Orçamento Aprovado + Fundo de Contingência	**$2.632.016**	**$232.000**	**$2.864.016**
EXECUÇÃO 2018			
Total Executado	$2.083.983	$214.420	$2.298.403
Fundo de Contingência Executado	-	$5.790	$5.790
Total Executado + Fundo de Contingência Executado	$2.083.983	$220.210	$2.304.193

ANEXO 2. DIVULGAÇÃO 2018

Divulgação externa

MÊS	EVENTO	LUGAR
FEVEREIRO	Diálogo com estudantes da Universidade George Washington (GWU)	Washington D.C., EUA
	Workshop com organizações da sociedade civil em coordenação com o projeto de responsabilidade internacional e o Observatório de direitos humanos da Unicamp	Campinas Brasil
MARÇO	Sessão de informação com organizações da sociedade civil sobre as diretrizes da fase de consulta	Washington D.C., EUA
ABRIL	Visita de estudantes da Universidade George Washington (GWU) à MICI	Washington D.C., EUA
	Diálogo com a organização de Direito Ambiental e Recursos Naturais (DAR) e a Associação Interétnica de Desenvolvimento da Selva Peruana (AIDESEP) no contexto do Peru e MICI	Washington D.C., EUA
	Participação do quadro de diálogo sobre o risco de represálias, patrocinado pelo CAO, o mecanismo de responsabilização independente da Corporação Financeira Internacional (IFC) e da agência multilateral de garantia de investimento (MIGA)	Washington D.C., EUA
MAIO	Participação da conferência anual sobre avaliação de impacto (IAIA)	Durban África do Sul
	Curso virtual, patrocinado pelo grupo regional de financiamento e infraestrutura (GREFI): capacitação para a defesa do território antes de megaprojetos extrativos e infraestrutura na América Latina	Virtual
JUNHO	Intercâmbio de mecanismos de queixas não judiciais com especialistas em prevenção e gerenciamento de conflitos	Lima, Peru
	Workshop de promoção de acesso: financiamento internacional, responsabilização e papel da sociedade civil, em cooperação com a doação	Lima, Peru
	Apresentação de mecanismos independentes de responsabilização (IAMs) aos membros do IAIA sobre o papel da responsabilização no financiamento internacional	Washington D.C., EUA
	Participação no Congresso geral do coordenador das organizações indígenas da bacia Amazônica (COICA), da IV Cúpula amazônica e do Congresso das mulheres amazônicas.	Macapá – Amapá, Brasil
JULHO	Apresentação sobre a MICI a estudantes de direitos humanos e sustentabilidade empresarial, Georgetown University Law Center	Washington D.C., EUA
AGOSTO	Apresentação do MICI ao Comitê de efetividade do desenvolvimento do Banco Mundial (CODE)	Washington D.C., EUA
SETEMBRO	Participação do diálogo regional sobre licenciamento ambiental, relativo à transparência e ao acesso do público à informação e à justiça	Washington D.C., EUA
	XIV Congresso Mundial de mediação e cultura da paz	Buenos Aires, Argentina
	Reunião com especialistas em resolução de disputas de instituições governamentais federais e locais, universidades e organizações da sociedade civil	Buenos Aires, Argentina
OUTUBRO	Participação do almoço de trabalho no Banco Mundial sobre o risco de represálias, com a participação de entidades multilaterais e da sociedade civil.	Washington D.C., EUA
NOVEMBRO	Sessão de reflexão com IAMs em: Análise da carteira de reclamações 2010-2017.	Washington D.C., EUA
	Sessão de reflexão com a sociedade civil sobre: Análise da carteira de reclamações 2010-2017.	Washington D.C., EUA e virtual
	Reunião anual do IAMs com membros da sociedade civil sobre a cooperação dos IAMs em projetos de co-financiamento	Washington D.C., EUA
	Workshop sobre salvaguardas ambientais e sociais e responsabilização no grupo do BID, com entidades governamentais e unidades de execução no setor de energia	Tegucigalpa Honduras
DEZEMBRO	Sessão de reflexão com o Banco Asiático de infraestrutura (AIIB) sobre: Análise da carteira de reclamações 2010-2017.	Virtual

Divulgação interna

MES	EVENTO	LUGAR
FEVEREIRO	Discussão sobre MICI com funcionários do BID Invest	São Paulo, Brasil
MARÇO	Reunião técnica MICI aos conselhos executivos do BID e BID investem em financiamento colateral e exclusão legal	Washington DC, EUA
	Apresentação da MICI a novos funcionários que ingressa no BID Invest	Washington DC, EUA
	Workshop Fundação de operações de garantia soberana	Washington DC, EUA
	Sessão presencial para funcionários do grupo do BID: Introdução ao MICI	Washington DC, EUA
ABRIL	Sessão virtual para funcionários do Grupo BID: Introdução ao MICI (inglês)	Virtual
MAIO	Sessão virtual para funcionários do Grupo BID: Introdução ao MICI (espanhol)	Virtual
	Diálogo com consultores de escritório de país do Suriname	Washington DC, EUA
JUNHO	Apresentação MICI ao escritório de campo em Lima	Lima, Peru
	Sessão virtual para funcionários do Grupo BID: Introdução ao MICI (português)	Virtual
	Apresentação da MICI à divisão de risco do BID	Washington DC, EUA
	Discussão para o grupo do BID "Mediação na gestão de disputas e conflitos: experiências de campo"	Washington DC, EUA
	Apresentação da MICI na semana de conhecimento da unidade de salvaguardas ambientais e sociais do BID	Washington DC, EUA
	Mediação de Diálogo na gestão de disputas e conflitos: experiências de campo	Washington DC, EUA
	Workshop Fundação de operações de garantia soberana	Washington DC, EUA
JULHO	Apresentação da MICI a novos funcionários que se integram ao BID Invest	Washington DCE, EUA.
SETEMBRO	Sessão virtual para funcionários do grupo do BID: Processo de resolução de disputas MICI (francês)	Virtual
	Sessão virtual para funcionários do grupo do BID: Processo de resolução de disputas MICI (português)	Virtual
	Apresentação do MICI ao setor de conhecimento e inovação do BID	Washington DC, EUA
	Sessão virtual para funcionários do grupo do BID: Processo de resolução de disputas MICI (inglês)	Virtual
	Sessão virtual para funcionários do grupo do BID: Processo de resolução de disputas MICI (espanhol)	Virtual
	Apresentação da MICI aos funcionários do BID LAB	Washington DC, EUA
	Apresentação da MICI aos novos membros da Diretoria Executiva	Washington DC, EUA
	Workshop Fundação de operações de garantia soberana	Washington DC, EUA
	Apresentação do MICI ao BID Invest no escritório de país argentino	Buenos Aires, Argentina
	Sessão virtual para funcionários do Grupo BID: fase de Verificação da Observância (espanhol)	Virtual
	Sessão virtual para funcionários do Grupo BID: fase de Verificação da Observância (inglês)	Virtual
OUTUBRO	Apresentação do MICI ao escritório de avaliação independente do Grupo BID (OVE)	Washington DC, EUA
NOVEMBRO	Apresentação da MICI a novos funcionários que ingressa no BID Invest	Washington DC, EUA
	Lançamento do programa MICI Reflexões. Sessão de reflexão com o Grupo BID sobre: Análise da carteira de reclamações 2010-2017.	Washington DC, EUA
	Apresentação da MICI aos funcionários do grupo BOD no escritório de Honduras	Tegucigalpa, Honduras

ANEXO 3. RECLAMAÇÕES RECEBIDAS 2010 - 2018

2018

NÚMERO DA RECLAMAÇÃO	NOME	DATA DE RECEPÇÃO	FASE/AÇÃO	STATUS/COMENTÁRIO
MICI-BID-PR-2018-0139	**Paraguai. Programa de Reabilitação e Habitação do Banhado Sul em Assunção (Barrio Tacumbú) (PR-L1152)**	Novembro 2018	Não registrada	Encerrada Aplica-se a exclusão 19 e
MICI-BID-BR-2018-0138	**Brasil. Programa Estratégico de Infraestrutura e Logística de Transportes do Paraná (BR-L1434)**	Setembro 2018	Não registrada	Encerrada Não houve contato prévio com a Administração
MICI-BID-CO-2018-0137	**Colômbia. Programa de Fortalecimento Institucional da Controladoria-Geral da República (CO-L1154)**	Agosto 2018	Não registrada	Encerrada Aplica-se a exclusão 19 a
MICI-CII-GU-2018-0136	**Guatemala. Geradora San Mateo S.A. e Geradora San Andrés S.A. (GU3794A-01)**	Agosto 2018	Registrada	Aberta No processo de elegibilidade
MICI-BID-BO-2018-0135	**Bolívia. Programa de Apoio ao Pré-Investimento para o Desenvolvimento (BO-L1101)**	Julho 2018	Não registrada	Encerrada Não cabe ao mandato do MICI Transferido ao Escritório de Aquisições
MICI-BID-PE-2018-0134	**Peru. Regularização das reservas de povos isolados (PE-T1258)**	Junho 2018	Registrada Inadmissível	Encerrada Não atende aos critérios estabelecidos no parágrafo 22
MICI-CII-CO-2018-0133	**Colômbia. Projeto Hidrelétrico de Ituango (CO-11794-04)**	Junho 2018	Fase de Consulta Verificação da Observância	▸ Encerrada ▸ Aberta
MICI-BID-CO-2018-0133	**Colômbia. Apoio à Estruturação do Projeto Hidrelétrico de Ituango (CO-T1250)**	Junho 2018	Fase de Consulta Verificação da Observância	▸ Encerrada ▸ Aberta
MICI-BID-BR-2018-0132	**Brasil. Programa de Estruturação Urbana São José dos Campos - Reclamação II (BR-L1160)**	Abril 2018	Não registrada	Encerrada Informação não completada após período de 10 dias úteis
MICI-BID-EC-2018-0131	**Equador. Programa de Reconstrução de Infraestrutura Elétrica das Áreas Afetadas pelo Terremoto no Equador (EC-L1219)**	Abril 2018	Admissível Fase de Consulta	Aberta
MICI-BID-AR-2018-0130	**Chile. Programa de Energia Sustentável (AR-L1121)**	Janeiro 2018	Não registrada	Encerrada Informação insuficiente para análise
MICI-BID-CH-2018-0129	**Argentina. Programa de Saneamento Ambiental da Bacia do Rio Reconquista (CH-L1136)**	Janeiro 2018	Não registrada	Encerrada Aplica-se a exclusão 19 b

2017

NÚMERO DA RECLAMAÇÃO	NOME	DATA DE RECEPÇÃO	FASE/AÇÃO	STATUS/COMENTÁRIO
MICI-BID-BR-2017-0128	**Brasil. Programa de Estruturação Urbana de São José dos Campos (BR-L1160)**	Dezembro 2017	Não registrada	Encerrada Não houve contato prévio com a Administração
MICI-BID-CR-2017-0127	**Costa Rica. Projeto Hidrelétrico Reventazón - Reclamação V (CR-L1049)**	Outubro 2017	Não registrada	Encerrada Aplica-se a exclusão 19 b
MICI-BID-GU-2017-0126	**Guatemala. Estabelecimento Cadastral e Consolidação Certeza Jurídica Áreas Protegidas (GU-L1014)**	Agosto 2017	Não registrada	Encerrada Não houve contato prévio com a Administração
MICI-BID-CR-2017-0125	**Costa Rica. Projeto Hidrelétrico Reventazón - Reclamação IV (CR-L1049)**	Agosto 2017	Admissível Fase de Consulta	Aberta
MICI-BID-EC-2017-0124	**Equador. Programa de Proteção e Recuperação do Património Cultural (EC-L1097)**	Julho 2017	Não registrada	Encerrada Aplica-se a exclusão 19 b
MICI-BID-BR-2017-0123	**Brasil. Programa Várzeas do Tietê - Reclamação V (BR-L1216)**	Julho 2017	Não registrada	Encerrada Reclamantes retiraram a reivindicação
MICI-CII-ME-2017-0122	**México. Grupo Corporativo Papeleira S.A. de C.V (ME4024A-01)**	Julho 2017	Não registrada	Encerrada Aplica-se a exclusão 19 f
MICI-BID-CH-2017-0121	**Chile. Projeto Hidrelétrica Alto Maipo - Reclamação II (CH-L1067)**	Julho 2017	Não registrada	Encerrada Não cabe ao mandato do MICI Transferido à unidade pertinente do BID
MICI-BID-CO-2017-0120	**Colômbia. Projeto Perimetral Leste de Bogotá Associação Público-Privada (CO-L1159)**	Junho 2017	Não registrada	Encerrada Informação não completada após período de 10 dias úteis
MICI-BID-BR-2017-0119	**Brasil. Programa Várzeas do Tietê - Reclamação IV (BR-L1216)**	Junho 2017	Não registrada	Encerrada Aplica-se a exclusão 19 c
MICI-BID-BR-2017-0118	**Brasil. Projeto Rodoanel Mario Covas - Tramo Norte - Reclamação V (BR-L1296)**	Março 2017	Registrada Inadmissível	Encerrada Reclamantes retiraram a reivindicação
MICI-BID-HO-2017-0117	**Honduras. Programa Multifásico de Reabilitação das Seções o Corredor de Turismo PPP (HO-L1013)**	Fevereiro 2017	Não registrada	Encerrada Aplica-se a exclusão 19 f
MICI-BID-CR-2017-0116	**Costa Rica. Projeto Hidrelétrico Reventazón - Reclamação III (CR-L1049)**	Fevereiro 2017	Não registrada	Encerrada Não houve contato prévio com a Administração
MICI-BID-CH-2017-0115	**Chile. Projeto Hidrelétrica Alto Maipo (CH-L1067)**	Janeiro 2017	Admissível Verificação da Observância	Aberta
MICI-BID-HA-2017-0114	**Haiti. Programa de Infraestrutura Produtiva - Reclamação II (HA-L1076)**	Janeiro 2017	Admissível Fase de Consulta	Aberta

2016

NÚMERO DA RECLAMAÇÃO	NOME	DATA DE RECEPÇÃO	FASE/AÇÃO	STATUS/COMENTÁRIO
MICI-BID-PE-2017-0113	**Peru. Adaptação às Alterações Climáticas do Sector da Pesca e do Ecossistema Marinho-Costeiro (PE-G1001)**	Dezembro 2016	Não registrada	Encerrada Não cabe ao mandato do MICI Transferido ao Escritório de Aquisições
MICI-BID-CR-2016-0112	**Costa Rica. Programa de Desenvolvimento Eléctrico 2012-2016 (Projeto Hidrelétrico Reventazón) (CR-L1049)**	Dezembro 2016	Registrada Inadmissível	Encerrada Não houve contato prévio com a Administração
MICI-BID-BR-2016-0111	**Brasil. Programa Várzeas do Tietê (BR-L1216)**	Novembro 2016	Não registrada	Encerrada Informação não completada após período de 10 dias úteis
MICI-BID-CR-2016-0110	**Costa Rica. Programa de Desenvolvimento Eléctrico 2012-2016 (Projeto Hidrelétrico Reventazón) (CR-L1049)**	Setembro 2016	Admissível Verificação da Observância	Encerrada Investigação não aprovada
MICI-BID-BR-2016-0109	**Brasil. Projeto Rodoanel Mário Covas – Trecho Norte 2 (BR-L1296)**	Agosto 2016	Não registrada	Encerrada Informação não completada após período de 10 dias úteis
MICI-BID-BR-2016-0108	**Brasil. Plataforma de Microsseguro Togarantido (BR-M1138)**	Agosto 2016	Não registrada	Encerrada Não cabe ao mandato do MICI Transferido ao Escritório de Ética
MICI-BID-BR-2016-0107	**Brasil. Programa Várzeas do Tietê (BR-L1216)**	Julho 2016	Não registrada	Encerrada Informação não completada após período de 10 dias úteis
MICI-BID-BR-2016-0106	**Brasil. Programa Várzeas do Tietê (BR-L1216)**	Julho 2016	Registrada Inadmissível	Encerrada
MICI-BID-BR-2016-0105	**Brasil. Projeto Rodoanel Mário Covas – Trecho Norte 2 (BR-L1296)**	Junho 2016	Não registrada	Encerrada Reclamantes retiraram a reivindicação
MICI-BID-AR-2016-0104	**Argentina. Programa de desenvolvimento das Províncias do Norte Grande: água e saneamento - Infraestrutura (AR-L1136)**	Maio 2016	Registrada Inadmissível	Encerrada Não relativo à operação do BID
MICI-BID-CO-2016-0103	**Colômbia. Expansão da planta de Tratamento de Água Salitre - Cortijo**	Maio 2016	Não registrada	Encerrada Não relativo à operação do BID
MICI-BID-CH-2016-0102	**Chile. Santiago-Valparaiso-Viña Carreteira Pedágio (Garantia) (CH0167)**	Maio 2016	Registrada Inadmissível	Encerrada Não houve contato prévio com a Administração
MICI-BID-PR-2016-0101	**Paraguai. Reconversão Centro, Moderno. Transporte Público Metropolitano e Escritório do Gob (PR-L1044)**	Maio 2016	Fase de Consulta Verificação da Observância	▸ Encerrada ▸ Aberta
MICI-BID-PE-2016-0100 (MICI-PE-2016-0100)	**Peru. Apoio politica gestão de risco de desastres (PE-T1228)**	Março 2016	Não registrada	Encerrada Não cabe ao mandato do MICI Transferido ao Escritório de Integridade Institucional (OII)
MICI-PR-2016-0099	**Paraguai. Reconversão Centro, Moderno. Transporte Público Metropolitano y Escritório Gob (PR-L1044)**	Março 2016	Não registrada	Encerrada Informação não completada após período de 10 dias úteis
MICI-PE-2016-0098	**Peru. Apoio politica gestão risco de desastres (PE-T1228)**	Fevereiro 2016	Não registrada	Encerrada Não cabe ao mandato do MICI Transferido ao Escritório de Aquisições
MICI-AR-2016-0097	**Argentina. Programa de desenvolvimento das Províncias do Norte Grande: água e saneamento - Infraestrutura (AR-L1136)**	Fevereiro 2016	Registrada Inadmissível	Encerrada Reclamantes retiraram a reivindicação

2015

NÚMERO DA RECLAMAÇÃO	NOME	DATA DE RECEPÇÃO	FASE/AÇÃO	STATUS/COMENTÁRIO
MICI-CO-2015-0096	**Colômbia. Central Hidroelétrica Porce III (CO-L1005)**	Novembro 2015	Registrada Inadmissível	Encerrada Aplica-se a exclusão 19 f
MICI-AU-2015-0095	**n/a**	Setembro 2015	Não registrada	Encerrada Não cabe ao mandato do MICI Não relativo à operação do BID
MICI-PE-2015-0094	**Peru. Projeto de Cadastramento, Titulação e Registro de Terras Rurais no Peru (PE-L1026) (PE-L1026)**	Agosto 2015	Admissível Fase de Consulta	Aberta Monitoração
MICI-BR-2015-0093	**Brasil. Programa de Mobilidade Urbana Sustentável de Blumenau (Programa BID-Blumenau) (BR-L1272)**	Agosto 2015	Registrada Inadmissível	Encerrada Não existe vínculo entre dano e operação
MICI-ES-2015-0092	**El Salvador. Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Produção de Integração Internacional (ES-L1057)**	Julho 2015	Não registrada	Encerrada Não cabe ao mandato do MICI Transferido ao Escritório de Aquisições
MICI-CO-2015-0091	**Colômbia. Bayport Colômbia: Inclusão Financeira para Funcionários Públicos da BdeP (CO-L1147)**	Julho 2015	Registrada Inadmissível	Encerrada Não existe vínculo entre dano e operação Não houve contato prévio com a Administração
MICI-BR-2015-0090	**Brasil. Projeto Rodoanel Mário Covas – Trecho Norte (BR-L1296)**	Abril 2015	Não registrada	Encerrada Informação não completada após período de 10 dias úteis
MICI-HA-2015-0089	**Haiti. Programa de Infraestrutura Produtiva III (HA-L1076)**	Fevereiro 2015	Não registrada	Encerrada Informação insuficiente para análise
MICI-BR-2015-0088	**Brasil. Projeto Rodoanel Mário Covas – Trecho Norte (BR-L1296)**	Fevereiro 2015	Não registrada	Encerrada Não cabe ao mandato do MICI Transferido ao Escritório de Integridade Institucional (OII)
MICI-SU-2015-0087	**Suriname. Apoio para Melhorar a Sustentabilidade do Serviço Elétrico (SU-L1009)**	Fevereiro 2015	Não registrada	Encerrada Não cabe ao mandato do MICI Transferido ao Escritório de Aquisições
MICI-PR-2015-0086	**Paraguai. Apoio ao Sistema de Transmissão no Paraguai (PR-L1058)**	Janeiro 2015	Não registrada	Encerrada Não cabe ao mandato do MICI Transferido ao Escritório de Integridade Institucional (OII)
MICI-CO-2015-0085	**Colômbia. Programa de Sistemas Estratégicos de Transporte Público (SETP) (CO-L1091)**	Janeiro 2015	Não registrada	Encerrada Pedido de informação.

2014

NÚMERO DA RECLAMAÇÃO	NOME	DATA DE RECEPÇÃO	FASE/AÇÃO	STATUS/COMENTÁRIO
MICI-AR-2015-0084	**Argentina. Programa de Gestão de Resíduos Sólidos em Municípios turísticos (AR-L1025)**	Dezembro 2014	Não registrada	Encerrada Não cabe ao mandato do MICI Transferido ao Escritório de Integridade Institucional (OII)
MICI-BR-2014-083	**Brasil. Programa de Saneamento da Bacia Estrada Nova (PROMABEN) (BR-L1065)**	Setembro 2014	Não registrada	Encerrada
MICI-BR-2014-082	**Brasil. Programa Integrado de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social de Aracaju (BR-L1084)**	Agosto 2014	Não registrada	Encerrada
MICI-AR-2014-081	**Argentina. Programa de Segurança e Mobilidade Urbana (AR-L1166)**	Agosto 2014	Fase de Consulta Verificação da Observância	▸ Encerrada ▸ Encerrada
MICI-ME-2014-080	**México. Etileno XXI (ME-L1110)**	Abril 2014	Admissível Fase de Consulta	Encerrada
MICI-BO-2014-079	**Bolívia. Programa de Drenagem de La Paz II (BO0223)**	Março 2014	Fase de Consulta Verificação da Observância	▸ Encerrada ▸ Encerrada
MICI-BR-2014-078	**Brasil. Programa de Mobilidade Sustentável em Blumenau (BR-L1272)**	Março 2014	Fase de Consulta Verificação da Observância	▸ Encerrada ▸ Encerrada
MICI-HO-2014-077	**Honduras. Empréstimo à Corporação Dinant S.A. de C.V. (HO-3623A-02)**	Janeiro 2014	Não registrada	Encerrada Não cabe ao mandato do MICI Transferido à unidade pertinente do BID

*** As primeiras 83 Reclamações foram recebidas sob a Política de 2010, e da Reclamação 84 para frente, sob a Política de 2014.**

2013

NÚMERO DA RECLAMAÇÃO	NOME	DATA DE RECEPÇÃO	FASE/AÇÃO	STATUS/COMENTÁRIO
MICI-BR-2013-076	**Brasil. Drenagem, Saneamento e Vias: Belém (BR0055)**	Dezembro 2013	Fase de Consulta Verificação da Observância	▸ Encerrada ▸ Encerrada
MICI-GU-2013-075	**Guatemala. Desenvolvimento Econômico Rural (GU-L1006)**	Dezembro 2013	Não registrada	Encerrada Reclamantes retiraram a reivindicação
MICI-GY-2013-074	**Guiana. Gestão de Dejetos Sólidos Georgetown (GY0055)**	Dezembro 2013	Não registrada	Encerrada Não cabe ao mandato do MICI Transferido à unidade pertinente do BID
MICI-ME-2013-073	**México. Etileno XXI (ME-L1110)**	Novembro 2013	Não registrada	Encerrada Não cabe ao mandato do MICI Transferido à unidade pertinente do BID
MICI-TT-2013-072	**Trinidad e Tobago. Licitação de Sistemas EDMS**	Novembro 2013	Não registrada	Encerrada Não cabe ao mandato do MICI Transferido à unidade pertinente do BID
MICI-CO-2013-071	**Colômbia. Distrito de Barranquilla – Melhoria Integral de Barrios (CO-T1193)**	Novembro 2013	Não registrada	Encerrada Pedido de informação.
MICI-AR-2013-070	**Argentina. Programa de Gestão Urbano Ambiental Sustentável da Bacia do Rio Reconquista-Província de Buenos Aires (AR-L1121)**	Outubro 2013	Admissível Fase de Consulta	Encerrada
MICI-SU-2013-069	**Suriname. Apoio ao Desenvolvimento Sustentável do Interior (SU-T1026)**	Outubro 2013	Admissível Fase de Consulta	Encerrada
MICI-BR-2013-068	**Brasil. Programa de Mobilidade Sustentável em Blumenau (BR-L1272)**	Agosto 2013	Fase de Consulta Verificação da Observância	▸ Encerrada ▸ Encerrada
MICI-EC-2013-067	**Equador. Modernização Sistema Nacional de Registro Civil, Identificação e Cedulação (EC-L1083)**	Agosto 2013	Não registrada	Encerrada Pedido de informação. Transferido à unidade pertinente do BID
MICI-AR-2013-066	**Argentina. Programa de Gestão de Resíduos Sólidos em Municípios Turísticos (AR-L1025)**	Agosto 2013	Não registrada	Encerrada Não houve contato prévio com a Administração
MICI-AR-2013-065	**Argentina. Programa de Gestão Urbano Ambiental Sustentável da Bacia do Rio Reconquista (AR-L1121)**	Julho 2013	Não registrada	Encerrada Não cabe ao mandato do MICI Transferido à unidade pertinente do BID
MICI-NoM-2013-064 (MICI-XX-2013-064)	**Concurso BID-IDEIAS**	Julho 2013	Não registrada	Encerrada Não cabe ao mandato do MICI Transferido à unidade pertinente do BID
MICI-UR-2013-063	**Uruguai. Programa de Transporte Urbano em Montevidéu (UR-L1025)**	Julho 2013	Não registrada	Encerrada Não cabe ao mandato do MICI Transferido à unidade pertinente do BID
MICI-CO-2013-062	**Colômbia. Projeto de Construção da Variante San Francisco-Mocoa – Fase I (CO-L1019)**	Junho 2013	Não registrada	Encerrada Não cabe ao mandato do MICI Transferido à unidade pertinente do BID
MICI-AR-2013-061	**Argentina. Programa de desenvolvimento das Províncias do Norte Grande: água e saneamento - Infraestrutura (AR-L1136)**	Junho 2013	Não registrada	Encerrada Não cabe ao mandato do MICI Transferido à unidade pertinente do BID
MICI-PN-2013-060	**Panamá. Programa de Eletrificação Rural (PN0150)**	Maio 2013	Não registrada	Encerrada Não cabe ao mandato do MICI Transferido à unidade pertinente do BID

MICI-ME-2013-059	**n/a**	Maio 2013	Não registrada	Encerrada Não relativo à operação do BID
MICI-PN-2013-058	**Panamá. Projeto de Energia Hidroelétrica Pando-Monte Lirio (PN-L1054)**	Abril 2013	Não registrada	Encerrada Pedido de informação.
MICI-TT-2013-057	**Trinidad e Tobago. Programa de reabilitação de infraestrutura (TT-L1018)**	Março 2013	Não registrada	Encerrada Não cabe ao mandato do MICI
MICI-CO-2013-056	**Colômbia. Projeto de Construção da Variante San Francisco-Mocoa (CO-L1019)**	Fevereiro 2013	Não registrada	Encerrada Não houve contato prévio com a Administração
MICI-AR-2013-055	**Argentina. Programa de Melhoria de Bairros II (PROMEBA II) (AR-L1019)**	Janeiro 2013	Não registrada	Encerrada Não cabe ao mandato do MICI

2012

NÚMERO DA RECLAMAÇÃO	NOME	DATA DE RECEPÇÃO	FASE/AÇÃO	STATUS/COMENTÁRIO
MICI-JA-2012-054	**Jamaica. Programa de Competitividade Agrícola (JA-L1012)**	Dezembro 2012	Não registrada	Encerrada Não cabe ao mandato do MICI Transferido à unidade pertinente do BID
MICI-ME-2012-053 (ME-MICI002-2012)	**México. Projeto Eólico Mareña Renováveis ME-MICI002-2012 (ME-L1107)**	Dezembro 2012	Fase de Consulta Verificação da Observância	▸ Encerrada ▸ Encerrada
MICI-BR-2012-052	**Brasil. Programa de Estruturação Urbana de São José dos Campos (BR-L1160)**	Dezembro 2012	Não registrada	Encerrada Não cabe ao mandato do MICI Transferido à unidade pertinente do BID
MICI-HO-2012-051	**Honduras. Povos Indígenas e Afro-hondurenhos e Mudança Climática (HO-X1019)**	Novembro 2012	Não registrada	Encerrada Pedido de informação.
MICI-AR-2012-050	**Argentina. Infraestrutura Hídrica: Programa de Desenvolvimento das Províncias do Norte Grande (AR-L1015)**	Novembro 2012	Não registrada	Encerrada Pedido de informação.
MICI-BR-2012-049	**Brasil. Rodoanel Mário Covas – Trecho Norte 2 (BR-L1296)**	Setembro 2012	Não registrada	Encerrada Pedido de informação.
MICI-ME-2012-048	**México. Solicitação de informação do Banco da Auditoria Superior da Federação**	Outubro 2012	Não registrada	Encerrada Pedido de informação.
MICI-UR-2012-047	**Uruguai. Programa de Transporte Urbano de Montevidéu (UR-L1025)**	Outubro 2012	Não registrada	Encerrada Não cabe ao mandato do MICI Transferido à unidade pertinente do BID
MICI-ME-2012-046	**México. Projeto Eólico Mareña Renováveis (ME-L1107)**	Outubro 2012	Não registrada	Encerrada Não houve contato prévio com a Administração
MICI-CO-2012-045	**Colômbia. Sistema Estratégico de Transporte (CO-L1091)**	Setembro 2012	Não registrada	Encerrada Pedido de informação.
MICI-CO-2012-044	**Colômbia. Projeto de Construção da Variante San Francisco-Mocoa – Fase I (CO-L1019)**	Julho 2012	Não registrada	Encerrada Não cabe ao mandato do MICI Transferido à unidade pertinente do BID
MICI-BR-2012-043	**Brasil. Estrada Real – Rede de PYMES Turísticas Estado de Minas Gerais (BR-M1024)**	Julho 2012	Não registrada	Encerrada Pedido de informação.
MICI-PE-2012-042	**Peru. Esquema Cajamarquilla, Nieveria e Encerro Camote (PE-L1060)**	Junho 2012	Não registrada	Encerrada Pedido de informação.
MICI-PE-2012-041	**Peru. Esquema Cajamarquilla, Nieveria e Encerro Camote (PE-L1060)**	Maio 2012	Não registrada	Encerrada Pedido de informação.
MICI-BR-2012-040	**Brasil. Programa de Infraestrutura Logística de Santa Catarina (BR-L1336)**	Abril 2012	Não registrada	Encerrada Não houve contato prévio com a Administração
MICI-TT-2012-039	**Trinidad e Tobago. CariSal Unlimited (TT-L1017)**	Fevereiro 2012	Não registrada	Encerrada Pedido de informação.
MICI-BR-2012-038	**Brasil. Programa de Saneamento da Bacia Estrada Nova – PROMABEN (BR-L1065)**	Fevereiro 2012	Não registrada	Encerrada Pedido de informação.
MICI-BO-2012-037	**Bolívia. Preparação Projeto CRIAR (BO-T1091)**	Janeiro 2012	Não registrada	Encerrada Não cabe ao mandato do MICI Transferido à unidade pertinente do BID
MICI-CO-2012-036	**Colômbia. Programa de Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais em Zonas Rurais (CO-L1105)**	Janeiro 2012	Não registrada	Encerrada Não cabe ao mandato do MICI Transferido à unidade pertinente do BID
MICI-AR-2012-035 (AR-MICI004-2012)	**Argentina. Programa de Gestão da Sanidade e da Qualidade Agroalimentaria (AR-L1032)**	Janeiro 2012	Admissível Fase de Consulta	Encerrada

2011

NÚMERO DA RECLAMAÇÃO	NOME	DATA DE RECEPÇÃO	FASE/AÇÃO	STATUS/COMENTÁRIO
MICI-BR-2011-034	**Brasil. Projeto Rodoanel Mário Covas – Trecho Norte (BR-L1296)**	Outubro 2011	Não registrada	Encerrada Não cabe ao mandato do MICI Transferido à unidade pertinente do BID
MICI-AR-2011-033	**Argentina. PROSAP (AR0061)**	Outubro 2011	Não registrada	Encerrada Não houve contato prévio com a Administração
MICI-DR-2011-032	**República Dominicana. Boulevard Turístico do Atlântico (DR-L1030)**	Outubro 2011	Não registrada	Encerrada Não cabe ao mandato do MICI Transferido à unidade pertinente do BID
MICI-PN-2011-031 (PN-MICI002-2011)	**Panamá. Programa de Expansão do Canal do Panamá (PN-L1032)**	Outubro 2011	Fase de Consulta Verificação da Observância	▸ Encerrada ▸ Encerrada
MICI-CO-2011-030	**Colômbia. Programa de Sistemas Estratégicos de Transporte Público (CO-L1091)**	Outubro 2011	Não registrada	Encerrada Pedido de informação.
MICI-CR-2011-029	**Costa Rica. Programa de Regularização do Cadastro e Registro da Propriedade Imóvel (CR0134)**	Setembro 2011	Não registrada	Encerrada Reclamantes retiraram a reivindicação
MICI-BR-2011-026 MICI-BR-2011-027 MICI-BR-2011-028	**Brasil. Projeto Rodoanel Mário Covas – Trecho Norte (BR-L1296)**	Setembro 2011	Não registrada	Encerrada Após comunicação inicial nenhum dos Solicitantes respondeu às comunicações do Mecanismo
MICI-CO-2011-025	**Colômbia. Abastecimento de Água e Saneamento em Zonas Rurais (CO-L1105)**	Setembro 2011	Não registrada	Encerrada Não houve contato prévio com a Administração
MICI-BO-2011-024	**Bolívia. Programa de Melhoria do Trecho Santa Bárbara-Rurrenabaque do Corredor Norte (BO-L1011)**	Setembro 2011	Não registrada	Encerrada
MICI-CO-2011-023 (CO-MICI002-2011)	**Colômbia. Aeroporto Internacional El Dorado (CO-L1029)**	Agosto 2011	Fase de Consulta Verificação da Observância	▸ Encerrada ▸ Encerrada
MICI-BR-2011-022 (BR-MICI005-2011)	**Brasil. Rodoanel Mário Covas – Trecho Norte (BR-L1296)**	Julho 2011	Fase de Consulta Verificação da Observância	▸ Encerrada ▸ Encerrada
MICI-CO-2011-021 (CO-MICI001-2011)	**Colômbia. Projeto de Construção Variante San Francisco-Mocoa – Fase I (CO-L1019)**	Junho 2011	Fase de Consulta Verificação da Observância	▸ Encerrada ▸ Encerrada
MICI-BR-2011-020 (BR-MICI006-2011)	**Brasil. Programa de Estruturação Urbana de São José dos Campos (BR-L1160)**	Junho 2011	Fase de Consulta Verificação da Observância	▸ Encerrada ▸ Encerrada
MICI-BR-2011-019 (BR-MICI004-2011)	**Brasil. Programa de Melhoria de Bairros Habitar Brasil (BR0273)**	Junho 2011	Admissível Fase de Consulta	Aberta Monitoração
MICI-CO-2011-018	**Colômbia. Programa de Capacitação de Chefes de Domicílio (TC9308108)**	Junho 2011	Não registrada	Encerrada Pedido de informação.
MICI-ME-2011-017 (ME-MICI001-2011)	**México. Termelétrica do Golfo (ME0218)**	Junho 2011	Fase de Consulta Verificação da Observância	▸ Encerrada ▸ Encerrada
MICI-AR-2011-016	**Argentina. Programa Nacional 700 Escolas (AR0176)**	Maio 2011	Não registrada	Encerrada Não cabe ao mandato do MICI Transferido à unidade pertinente do BID
MICI-BR-2011-015 (BR-MICI003-2011)	**Brasil. Rodoanel Mário Covas – Trecho Norte (BR-L1296)**	Maio 2011	Fase de Consulta Verificação da Observância	▸ Encerrada ▸ Encerrada

MICI-PN-2011-014	**Panamá. Expansão do Canal do Panamá (PN-L1032)**	Maio 2011	Não registrada	Encerrada Não houve contato prévio com a Administração
MICI-BO-2011-013 (BO-MICI001-2011)	**Bolívia. Programa de Melhoria do Trecho Santa Bárbara-Rurrenabaque e San Buenaventura do Corredor Norte (BO-L1011)**	Fevereiro 2011	Fase de Consulta Verificação da Observância	▸ Encerrada ▸ Encerrada
MICI-VE-2011-012	**Venezuela. Kreadança (VE0059)**	Fevereiro 2011	Não registrada	Encerrada Não cabe ao mandato do MICI Transferido à unidade pertinente do BID

2010

NÚMERO DA RECLAMAÇÃO	NOME	DATA DE RECEPÇÃO	FASE/AÇÃO	STATUS/COMENTÁRIO
MICI-SU-2010-011	**Suriname. Desenvolvimento Sustentável do Interior (SU-T1026)**	Dezembro 2010	Não registrada	Encerrada Não houve contato prévio com a Administração
MICI-CR-2010-010 (CR-MICI001-2010)	**Costa Rica. Sistema de Interconexão Elétrica para os Países da América Central (SIEPAC) (CR-L1009)**	Dezembro 2010	Fase de Consulta Verificação da Observância	▸ Encerrada ▸ Encerrada
MICI-AR-2010-009 (AR-MICI003-2010)	**Argentina. Programa de Melhoria de Bairros II (PROMEBA II) (AR-L1019)**	Novembro 2010	Admissível Fase de Consulta	Encerrada
MICI-PR-2010-008 (PR-MICI002-2010)	**Paraguai. Programa de Corredores Viários do Paraguai (PR0035)**	Novembro 2010	Fase de Consulta Verificação da Observância	▸ Encerrada ▸ Encerrada
MICI-AR-2010-007 (AR-MICI002-2010)	**Argentina. Programa de Serviços Agrícolas Provinciais II (PROSAP II) (AR-L1030)**	Novembro 2010	Admissível Fase de Consulta	Encerrada
MICI-BR-2010-006	**Brasil. Projeto Rodoanel Mário Covas – Trecho Oeste (BR-L1228)**	Novembro 2010	Não registrada	Encerrada Não houve contato prévio com a Administração
MICI-BR-2010-005 (BR-MICI002-2010)	**Brasil. Programa de Saneamento da Bacia Estrada Nova (PROMABEN) (BR-L1065)**	Outubro 2010	Admissível Fase de Consulta	Encerrada
MICI-AR-2010-004 (AR-MICI001-2010)	**Argentina. Programa Multifase de Desenvolvimento da Infraestrutura de Apoio à Produção de Entre Rios (AR-L1036)**	Junho 2010	Admissível Fase de Consulta	Encerrada
MICI-BR-2010-003 (BR-MICI001-2010)	**Brasil. Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e do Sistema de Mosaicos da Mata Atlântica (BR-L1241)**	Maio 2010	Fase de Consulta Verificação da Observância	▸ Encerrada ▸ Encerrada
MICI-PN-2010-002 (PN-MICI001-2010)	**Panamá. Projeto de Energia Hidrelétrica Pando-Monte Lirio (PN-L1054)**	Março 2010	Fase de Consulta Verificação da Observância	▸ Encerrada ▸ Encerrada
MICI-PR-2010-001 (PR-MICI001-2010)	**Paraguai. Desenvolvimento da Indústria de Produtos Derivados da Esponja Vegetal (PR-S1004)**	Fevereiro 2010	Admissível Fase de Consulta	Encerrada

MECANISMO INDEPENDENTE DE CONSULTA E INVESTIGAÇÃO

Correios eletrônicos

Para enviar reclamações: mecanismo@iadb.org

Para outros tópicos relacionados ao MICI: AccessMICI@iadb.org

Tel.:+1 (202) 623-3952

Fax: +1 (202) 312-4057

Endereço postal: 1300 New York Ave.

NW Washington, DC., 20577, Estados Unidos.

www.iadb.org/mici

MICI
Mecanismo Independente
de Consulta e Investigação

Grupo BID